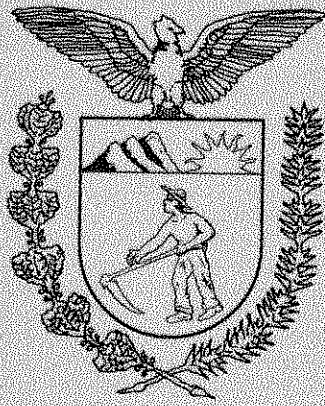


# PODER LEGISLATIVO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

QUESTÃO DE ORDEM

Nº 1/2014

AUTOR: DEPUTADO STEPHANES JUNIOR

---

DIRETORIA LEGISLATIVA



### Informação

Em razão da Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Stephanes Junior, na Sessão Ordinária do dia 26 de agosto de 2014, acerca da possibilidade de contar com assessoria parlamentar na vigência de licença para tratar de assuntos particulares, determino o encaminhamento à Procuradoria-Geral da Casa para emissão de parecer a respeito.

Outrossim, remetam-se cópias à Diretoria Geral, Diretoria Financeira e Diretoria de Pessoal.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2014.



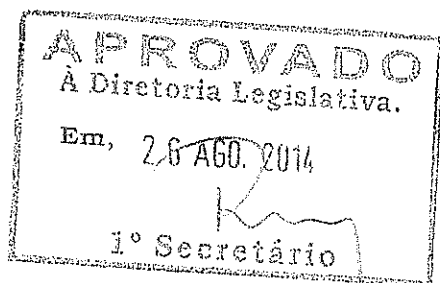
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO



Licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer Licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2014.

  
NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL



05  
Pag. 14

DE

PARA

DL

2F

### Requerentes

Protocolos Nº		Requerentes	
4385/2014	Dep. Nay Benavest. Llamada para tratar de asuntos particulares.		
EXP. POR	DATA	REC. POR	DATA
Sol	26.08.14	Prada	26.08.14











**QUESTÃO DE ORDEM Nº 1/2014 À FL. 27**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

**Palácio XIX de Dezembro**

**Diretoria Legislativa**

**Sessão Ordinária do dia 26 de agosto de 2014 - Ata nº 75**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Enio Verri (PT), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Roberto Aciolli (PV), Rose "Litro" (PSDB), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB) **(39 Parlamentares)**. O Sr. Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelos Srs. Deputados **Plauto Miró** (1º Secretário) e Jonas Guimarães (na função de 2º Secretário), "*sob a proteção de DEUS*", iniciou os trabalhos da **75ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura**. O Sr. 2º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (nº 74, de 25.8.2014), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

**EXPEDIENTE:** (Documentos originais sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 4.319/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.449/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$1.105.999,28 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.339-23/2012, firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Segurança



Pública e Cidadania, que tem por objeto construção da Cadeia Pública e do Semiaberto de Londrina; **Protocolo nº 4.320/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.445/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$1.492.969,14 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.338-19/2012, firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto construção de Cadeia Pública de Foz do Iguaçu e dois Semiabertos de Foz do Iguaçu; **Protocolo nº 4.321/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.462/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$350.362,43 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.340-52/2012, firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto construção da Cadeia Pública de Guaíra e do Semiaberto de Guaíra; **Protocolo nº 4.322/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.464/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$926.178,86 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.342-70/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto construção da Cadeia Pública de Ponta Grossa; **Protocolo nº 4.323/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.467/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$428.625,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.355-39/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Feminina de Piraquara, PFP; **Protocolo nº 4.324/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.478/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$375.750,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.356-43/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Masculina em Cascavel, PEC; **Protocolo nº 4.325/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.489/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial



da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$375.750,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.357-58/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Casa de Custódia de Piraquara, CCP; **Protocolo nº 4.326/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.494/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$375.750,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.358-62/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Masculina de Ponta Grossa; **Protocolo nº 4.327/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.495/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$220.500,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.359-76/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto Ampliação da Cadeia Pública Masculina, CCL, em Londrina; **Protocolo nº 4.328/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.496/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$563.625,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.360-03/2012, firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Masculina em Piraquara; **Protocolo nº 4.329/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.500/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$563.625,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.361-17/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Cadeia Pública Masculina, PEF, de Foz do Iguaçu; **Protocolo nº 4.330/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.502/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$563.625,00 na conta



vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.362-21/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Cadeia Pública Masculina de Piraquara, PEP II; **Protocolo nº 4.331/2014**, Ofício nº 340/2014, do Coordenador de Parcerias Estaduais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, comunicando a celebração do Convênio nº 794051/2013 entre o CNPq e a FAADCT, conforme publicação no Diário Oficial da União nº 142, de 28.7.2014, página 16; **Protocolo nº 4.332/2014**, Ofício nº 216/2014, do Procurador de Justiça/Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Paraná, comunicando que devido à reestruturação o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Consumidor, CAOPCON, encontra-se em novo endereço e com novos telefones; **Protocolo nº 4.333/2014**, Ofício nº 337/2014, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, comunicando que foi publicada na data de 20.8.2014 a Portaria nº 476/2014, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas Edição nº 947, que concedeu aposentadoria ao Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares, conforme deliberado no Acórdão nº 4.625/2014 - Tribunal Pleno, nos Autos nº 612011/2014-TC, e que o cargo vacante deverá ser preenchido por Auditor da Corte indicado pelo Sr. Governador do Estado a partir de lista tríplice; **Protocolo nº 4.334/2014**, Ofício nº 26.930/2014, da Secretária Judiciária do Supremo Tribunal Federal, comunicando que o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ação direta de inconstitucionalidade nº 3564, declarando a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 109/2005 do Estado do Paraná; **Protocolo nº 4.335/2014**, Ofício nº 221/2014, do Secretário de Estado da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, encaminhando resposta ao Ofício nº 3.157/2014, referente a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Protocolo nº 4.336/2014**, Ofício nº 599/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 5.653/2013, referente a requerimento do Deputado Toninho Wandscheer; **Protocolo nº 4.337/2014**, Ofício nº 607/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 1.872/2011, referente a requerimento do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 4.338/2014**, Ofício nº 223/2014, do Reitor do Instituto Federal do Paraná, Ministério da Educação, encaminhando resposta ao Ofício nº 3.213/2014, referente a requerimento da Deputada Marla Tureck; **Protocolo nº 4.339/2014**, Ofício nº 605/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde às Indicações Legislativas nºs: 1.131 e 1.450/2013, do Deputado Gilberto Ribeiro; 227 e 12/2012, do Deputado



Douglas Fabrício; 450/2013, do Deputado Pedro Lupion; e 1.892/2013, do Deputado Duílio Genari; **Protocolo nº 4.340/2014**, Ofício nº 603/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde à Indicação Legislativa nº 719/2013, da Deputada Cantora Mara Lima; **Protocolo nº 4.341/2014**, Ofício nº 604/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 2.239/2013, referente à Indicação Legislativa nº 2.239/2013, do Deputado Ney Leprevost.

**Relatório:** (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 4.347/2014**, Ofício nº 13/2014, do Deputado Ney Leprevost, Presidente da Comissão de Esportes, encaminhando o relatório das atividades realizadas pela Comissão no primeiro semestre de 2014.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Vamos iniciar o Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Tercílio Turini. Por favor, por cinco minutos. Queremos aproveitar para cumprimentar as lideranças de Paranaguá, o Carlos José de Carvalho, o Dirceu Fabiano e o Rafael, a pedido do ilustre Deputado Douglas Fabrício.

**PEQUENO EXPEDIENTE:** (Manifestações sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os oradores: Deputados Tercílio Turini (usou também o horário da Liderança do PPS), Enio Verri, Tadeu Veneri (usou também o horário da Liderança do PT), Professor Lemos e Luiz Eduardo Cheida.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados é com pesar que comunicamos o falecimento do ex-Prefeito de Londrina, Dalton Fonseca Paranaguá, ocorrido hoje pela manhã em sua residência. Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi também Secretário de Saúde do Estado do Paraná, de 1966 a 1968, na gestão do ex-Governador Paulo Pimentel. Dr. Dalton Paranaguá teve grande importância na vida política de Londrina e do Paraná, foi eleito Prefeito em 1968, pelo antigo MDB, em um momento em que o Brasil ainda estava sob o comando do Governo Militar. A sua eleição fortaleceu a Oposição em Londrina, transformando a cidade em um importante centro nacional de resistência e contestação à ditadura. Como Prefeito - de 1969 a 1973, antecedeu o Prefeito José Richa - realizou obras relevantes para o futuro de Londrina. Na área de saúde, por exemplo, iniciou o processo de centralização no atendimento, com a construção de um posto de saúde na Vila da Fraternidade, unidade pioneira na cidade. Foi a partir disso e de uma sequência de trabalhos, que Londrina virou referência nacional no atendimento descentralizado de saúde, que é modelo do SUS. Outras realizações de Dalton Paranaguá, que contribuíram para o desenvolvimento de Londrina: o Ginásio de Esportes Moringão, a ampliação do serviço telefônico da Sercomtel e do então serviço autárquico de saneamento,



a instalação da Usina de Asfalto e a erradicação de favelas com a construção de núcleos habitacionais. Dalton Paranaguá teve importante participação na instalação do *campus* da Universidade Estadual de Londrina, como reconhecimento ao seu trabalho, em março de 2012, foi homenageado pela Reitoria da UEL com o Título de Cidadão Benemérito da Universidade Estadual de Londrina. Nascido no Piauí, Dalton Paranaguá chegou à Londrina em 1955, para trabalhar como cirurgião-geral do Hospital Evangélico. Morreu aos 87 anos e seu corpo será sepultado nessa quarta-feira, às 10h, no cemitério Parque das Oliveiras. Um homem que merece todas as homenagens, por tudo que fez por Londrina e como Secretário de Saúde do Estado do Paraná e também pela visão de futuro que colocava em suas obras e realizações. Em Londrina não se cansava de repetir uma frase: "A saúde do povo é a suprema lei". Essa é uma frase cunhada pelo Dr. Dalton Paranaguá. Outra: "O mosquito não é federal, não é estadual, não é municipal", em uma discussão, quando não existia integração entre os órgãos do Município, do Estado e da União. Um homem que atuou de forma importante na Associação Médica de Londrina, teve participação fundamental na criação do curso de Medicina da UEL, na implantação do *campus* da Universidade. E Dalton Paranaguá, para quem não se lembra, foi o primeiro Prefeito da história do Brasil a implantar uma unidade de saúde, fora do posto central. Foi a unidade da Vila da Fraternidade em Londrina, juntamente com a UEL. Esse modelo hoje de atenção primária com unidades de saúde e com postos de saúde o pioneirismo ocorreu em Londrina exatamente na Universidade Estadual de Londrina, com a participação do Prefeito Dalton Paranaguá e a nossa querida UEL. Então, Srs. Deputados... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** V. Exa. tem o tempo para concluir. Fique à vontade.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Sr. Presidente, é em respeito a esse grande cidadão....

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** V. Exa. tem o horário do PPS.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Só queria solicitar a V. Exa., em respeito a esse grande cidadão de Londrina e do Paraná, um minuto de silêncio.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Peço aos Srs. Deputados e aos presentes que mantenham um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-Prefeito de Londrina, Dalton Paranaguá. (Faz-se um minuto de silêncio) V. Exa. tem a palavra.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou aproveitar agora o tempo da Liderança do PPS para abordar outro assunto, um



assunto da área da saúde. Hoje não vou falar sobre a questão do estrangulamento dos prontos-socorros, das UTIs, nem as dificuldades das clínicas especializadas. Vou falar sobre um assunto que hoje é muito discutido na área médica por especialistas, por generalistas, por médicos de família, pelos geriatras. É que estou apresentando um projeto de lei para incluir na rotina do dia a dia das unidades de saúde, as unidades do Estado: a dosagem de vitamina D. O século XXI, todos diziam que ia ser o século das doenças psiquiátricas. E na verdade isso em parte é verdadeiro, o stress, a ansiedade, a depressão, isso realmente ocorre. Mas existe neste século XXI uma epidemia silenciosa - e diria mais, é mais do que uma epidemia, é uma pandemia, porque afeta crianças, afeta jovens, adultos, pessoas idosas, afeta a todos, é a deficiência de vitamina D. Sabemos que isso ocorre pelos hábitos modernos, pelas pessoas que alteraram seus hábitos. Há 40, 50 anos, as pessoas viviam praticamente no campo, a exposição ao sol era uma exposição grande e aí ativava a vitamina D. Hoje as pessoas se expõem menos, vivem na cidade, os hábitos mudaram e cerca de 70% da população tem deficiência de vitamina D. Aparentemente ela não traz nenhum sintoma, mas seguramente se as pessoas viverem 10, 20, 30 anos com deficiência de vitamina D, vão ter consequências extraordinárias: ela acelera o envelhecimento dos órgãos e dos tecidos e ela predispõe a uma série de doenças. Olha, eu disse, aqui: ela acelera o envelhecimento de órgãos e tecidos. Hoje, na Medicina moderna, tem saído muitos artigos, principalmente nos últimos cinco anos, que a Medicina está perto de descobrir o relógio biológico das pessoas, significaria o da juventude. E parece que a vitamina D é o caminho. Então, hoje é uma unanimidade praticamente entre os especialistas a questão: se você não repuser a vitamina D para as pessoas, ao longo do tempo além de acelerar o envelhecimento vai predispor Alzheimer, câncer de diversos órgãos: de mama, de próstata, vai ter alterações no coração, osteoporose, acelera a osteoporose. Então, é fundamental a reposição de vitamina D e vou tentar explicar rapidamente por que nós, que não tomamos sol, ou tomamos pouco sol, temos falta de vitamina D. A vitamina D, com os alimentos que absorvemos, são moléculas de vitamina D. E a vitamina D, ela se junta no organismo e forma duas moléculas chamadas vitamina D2 que, sozinha, não é ativa e não serve para nada. Para ser ativa e para ir nos receptores dos órgãos, precisa juntar a uma terceira molécula para chamar vitamina D3. Como é que é feito isso? Quando a pessoa se expõe ao sol, pela pele é mandado um estímulo para o rim, que produz um pré-hormônio. E esse pré-hormônio seria a cola que o organismo precisa para formar o D3. E aí que ela é ativa, e aí que ela age. Hoje já se conhece mais de 200 receptores para a vitamina D. Eu tenho certeza que se aqui, nós Deputados, quem não está fazendo reposição de vitamina D, fizer o





exame, acho que vamos ter um percentual maior do que a população em geral. Eu diria que talvez aqui seja de 80 a 90%, por que usamos paletó, usamos gravata e assim por diante. Então, e uma outra coisa, Deputado Cheida, que é da área, Dr. Batista, a vitamina D não é vitamina, na verdade, ela foi chamada de vitamina há mais de 100 anos, então o nome ficou já universalizado. A vitamina D, na verdade, é um hormônio, é o colecalciferol. Por isso que muitos chamam de hormônio da juventude. Então, estou fazendo essa colocação, porque hoje esse é um exame importante, como fazer o PSA, como fazer a mamografia, como fazer o papanicolau, como fazer a glicemia, o exame para o colesterol, fundamental é fazer o exame, a detecção do nível sérico da vitamina D. Por isso que estou colocando um projeto para circular hoje e, esse projeto é para se incluir na rotina de todas as unidades, junto com os exames rotineiros, mais esse exame, a detecção de vitamina D. E o médico vai saber orientar e repor, se for o caso. Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Enio Verri.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, público aqui presente. No decorrer do processo eleitoral vários temas em debate, o que é normal e é da democracia, sem dúvida nenhuma, o debate mais candente é o debate da saúde, sobre o futuro da saúde, sobre o que você vai fazer com a saúde pública. Particularmente, vejo uma solução muito difícil desse tema em um País que tem saúde pública e saúde privada. Por que a medida que a saúde pública for mais eficiente, mais pessoas deixarão de utilizar a saúde privada e irão utilizar a saúde pública. Por isso temos um buraco sem fim na saúde e acredito que a solução seja como na Inglaterra, no Canadá, em outros Países desenvolvidos do mundo, a saúde pública só, a defesa da saúde universal. Mas, o tema que me traz aqui é que quando há alguns equívocos sobre o papel do Estado, nas promessas que faz e naquilo que cumpre, quem mais sofre é a saúde pública. O Dr. Tercílio, muito bem fez uma intervenção aqui, um homem especialista na saúde, um médico, o Dr. Batista. E uma coisa que tem me preocupado há algum tempo, tenho sido procurado por militantes sindicais da área da saúde, mas também por proprietários de hospitais da área da saúde, dizendo o seguinte: "Deputado, não estamos recebendo do Governo do Estado o convênio que nós temos! O Hospsus tem sido resultado de muita propaganda, sai na televisão, sai em todo lugar, mas o Estado não está pagando!" Confesso que quando recebi essas denúncias, a primeira coisa que cabe a mim, como a qualquer outro Parlamentar, é dizer o seguinte: tem provas? Tragam-me as provas que irei ao Plenário e irei denunciar, porque, afinal de contas, a dificuldade hoje é tão grande, fala-se tanto em saúde pública, que não acredito que o Governo do Estado, que fala tanto sobre isso, não honre os seus compromissos e não



pague os hospitais conveniados ao Hospsus. Cheguei a ver, recentemente, um documento, esse documento é do Hospital Santa Rita, da minha cidade de Maringá, aonde a direção do Hospital reclamava, em uma correspondência enviada ao Secretário de Estado da Saúde, dizendo que não recebia desde dezembro os recursos que cabiam ao Governo Estadual para pagar ao Hospital Santa Rita. Como não consegui contato com a diretoria do hospital e não sei se o Governo do Estado já pagou, apenas alerto que vi essa correspondência. E até aquela data, quando vi, o Estado já estava há mais de quatro meses devendo para o Hospital Santa Rita. Mas, o fato que mais me chamou a atenção, porque agora é provado e, portanto, me sinto à vontade para fazer uma denúncia muito séria, foi um fato que ocorreu em Laranjeiras do Sul. A UTI, a Unidade de Terapia Intensiva do Instituto São José, de Laranjeiras do Sul, fechou no início do mês. E ela fechou devido ao atraso do repasse do Governo Estadual. Para que V. Exas. possam ver, o diretor do hospital, no início deste mês de agosto, foi à Câmara de Vereadores e fez um pedido público de apoio à Câmara de Vereadores, ao Prefeito da Cidade, para que ajudasse, visto que a UTI, ainda jovem, de quatro meses apenas, estava já com um crédito junto ao Governo Estadual de R\$280 mil e não havia recebido nenhum real do Governo do Estado. Vejam só, uma região que há muito tempo demandava e sonhava pela UTI, a UTI onde denúncias e denúncias são feitas que falta esse equipamento que é determinante para salvar vidas de pessoas, foi fechada. E a grande questão, que uma dívida de R\$280 mil apenas, apenas. Fico muito triste que isso está ocorrendo e dentro desse cenário é que estamos apresentando um pedido de informações a esta Casa, que peço o apoio a V. Exas., onde perguntamos: qual é o valor devido, de fato, a esse instituto, ao Instituto São José? Há quanto tempo isso acontece? E se há a perspectiva para a revalorização dessa situação, e principalmente, quantos hospitais do Estado passam por esse mesmo drama? Porque isso aqui é um fato concreto e só confirma as várias denúncias que temos recebido, o Governo do Estado, que o ano passado não atingiu o mínimo constitucional de 12%, este ano continua não atingindo. E, ainda mais, não consegue nem pagar os hospitais com ele conveniados... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** V. Exa. tem o tempo para concluir.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Obrigado, Sr. Presidente. Inclusive não honrando nem os convênios que tem feito, que como no caso do Instituto São José, de Laranjeiras do Sul, não paga esse hospital há quatro meses, causando grandes malefícios a toda população daquela região. Muito obrigado, Sr. Presidente.



**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Deputado Tadeu. Deputado Elio Rusch, V. Exa. poderia presidir a Sessão, na ausência dos Vice-Presidentes, acho que não tem, eu preciso... Ah, está aqui o Deputado Luersen. Por favor, Deputado Luersen.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje encerrou, na parte da manhã, pelo menos formalmente, tivemos o encerramento de uma das rebeliões mais violentas dos últimos anos nas penitenciárias do Estado do Paraná. A Penitenciária de Cascavel, que foi palco, desde o último domingo, de uma rebelião onde cinco pessoas foram mortas, dois presos foram decapitados, cerca de 15 estão feridos e alguns gravemente feridos. Entre eles, não com ferimentos graves, mas estão feridos, também, agentes penitenciários. Uma situação que desde algum tempo vem sendo alertada ao Governo do Estado e não deste ano, sobre a gravidade da situação, Deputado Elio. Uma situação que não iniciou neste governo. Sempre tenho dito isto. Não iniciou neste governo. Dados do Governador Carlos Alberto, quando assumiu, em sua campanha eleitoral, fazia questão de dizer que ao término do seu governo não teríamos mais nenhum preso em cadeias. Todos eles estariam nas penitenciárias que seriam construídas pelo Governador Carlos Alberto Richa. A realidade, infelizmente, é outra. Continuamos tendo cerca de 7 mil presos em cadeias. E não adianta dizer que o número é bem menor do que os 12, 13, 14 mil que havia, que é de fato menos. Mas, 7 mil ainda é muita gente! E continuamos não tendo uma única penitenciária nova. Não sei se o Governador equivocou-se quanto ao prazo do seu mandato. Mas, a verdade, Deputado Enio, é que em três anos e oito meses, não temos uma única cela construída neste governo. E, nisto, o Deputado Romanelli, que foi Líder do Governador Roberto Requião aqui, sabe, o Governador Requião fez penitenciárias durante o período não em número suficiente, até porque na Comissão de Direitos Humanos nós temos um questionamento quanto à grande quantidade de pessoas que foram presas durante os oito anos do Governo Roberto Requião e que aumentou muito o número de pessoas presas. Mas, construiu, construiu presídios. Neste governo não há um único presídio construído. E não é por falta dos recursos do Governo Federal, que foram disponibilizados desde o ano passado. A razão, nós desconhecemos. Não é por falta de empenho da Secretária Maria Tereza Uille Gomes. Porque acho que se empenhou, durante todo este tempo, para obter recursos. Coisa que não obteve, e que muitas vezes foi colocado em segundo plano, pelo governo. E não é, principalmente, por falta de aviso. Por diversas vezes usamos esta tribuna para fazer alerta ao governo sobre a situação das penitenciárias do Estado do Paraná, Deputado Gilberto, sobre o que acontece na Penitenciária Central do Estado, sobre o que acontece na



PEP I e na PEP II. Aliás, inclusive, onde uma unidade está praticamente boa parte do Comando, do PCC, e que o governo teima em negar que o PCC existe no Paraná. Não sei o que existe, então. Sobre a situação da Penitenciária Estadual de Londrina, fizemos formalmente e apresentamos nesta Casa, e de posse desta apresentação e provas, levamos ao Ministério Público as denúncias sobre o abuso na entrega da alimentação estragada, de alimentação abaixo do peso contratado, que o Estado estava pagando e sempre fizemos questão de ressaltar que o Estado estava pagando muito mais do que era recebido, porque os presos, na verdade, e as presas, hoje se alimentam, na sua grande maioria, não por aquilo que é contratado pelo Governo do Estado, com a Risotolândia, com a Bom Degusty, com a Verde Mar. Mas, sim, pelas sacolas que são levadas - e o Deputado Gilberto é um Deputado que tem acompanhado isto, porque seu programa sempre fez menção a estas situações - alertamos, aqui, levamos ao Ministério Público, tivemos oportunidade de conversar com promotores, inclusive do Gaeco. E a situação continua exatamente a mesma... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen - PDT):** V. Exa. tem o tempo da Liderança do seu Partido.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado, Sr. Presidente. Não foi por falta de alerta que tínhamos, com a falta da Defensoria Pública, um barril de pólvora instalado em todas as penitenciárias e nas delegacias do Estado do Paraná. Cascavel teve dois mortos decapitados e mais cinco pessoas, três pessoas que morreram e, aliás, chega-me às mãos aqui que a Defensoria de Cascavel diz que há presos desaparecidos no presídio - não significa que foram mortos, podem ter fugidos - mas que há presos também que já tinham pena cumprida e que foram soltos agora e aí fica a pergunta: como que presos com a pena já cumprida continuam presos? Deputado Enio, o que mais me choca em todo este processo é que tivemos em Pinhais mortes de funcionários, policiais baleados, morte de funcionários na cadeia de Colombo, tivemos em outras unidades do Interior do Estado e o Governador Carlos Alberto diz, choca-me a declaração do Governador Carlos Alberto: "- Rebelião em Cascavel nos pegou de surpresa." Mas em que mundo vive o Governador? No mundo do kart? No mundo do surf? No mundo do helicóptero? Porque é impossível o Governador dizer que a rebelião em Cascavel nos pegou de surpresa, porque se o Governador - e aqui fica o nosso reconhecimento ao esforço que faz a Seju para resolver esses problemas - se o Governador consultasse a sua Secretária, se consultasse o Dr. Paredes, se consultasse o Sindarspen, o Sindicato dos Agentes Penitenciários, que tem alertado que muitas vezes não tem sequer condições de comprar o seu uniforme, coisa que eles fazem, que o Estado não está disponibilizando, que estão com um número menor, haja vista agora a



rebelião, com 1 mil e 65 presos, havia dez, segundo o Dr. Paredes, 15 agentes penitenciários em toda a unidade prisional. Diz o Governador que ficou surpreso porque acha que é uma briga entre facções. Governador Carlos Alberto, pelo amor de Deus, pega o Diário Oficial nº 9.205, o seu Diário, e veja que há um processo por agressão a preso em Guarapuava; o mesmo no Diário Oficial nº 9.225, agressão a preso em Guarapuava; o mesmo com o Diário Oficial que faz menção, no dia 25 de junho, à agressão a presos em 20 de setembro de 2013 e 26 de maio de 2013 em Cruzeiro do Oeste; o mesmo no Diário Oficial 9.250, de 18 de julho, com agressão a presos em Cascavel e Londrina; o Diário Oficial nº 9.253, de 23 de julho, que traz óbito de preso por overdose; o Diário Oficial nº 9.262, o mesmo Diário Oficial que traz o seu Veto à Defensoria Pública, o mesmo, que o senhor vetou os 180 milhões da Defensoria Pública, traz óbito de preso na PCE - se o senhor tiver dificuldade procure Prontuário nº 4.282; o Diário Oficial que traz também agressão em Cascavel e agressão na PEL, a Penitenciário Estadual de Londrina; procure o Diário Oficial nº 9.273, de 18 de agosto, e o senhor verá que há um processo contra a Risotolândia por alimentação servida de forma absolutamente diferente daquilo que foi contratado; procure o Diário Oficial nº 9.421 e o senhor verá que há uma denúncia feita pelo Ministério Público de Nova Esperança contra a Bom Degusty; procure o Diário Oficial nº 9.252, de 22 de julho de 2014, e o senhor verá que há um processo administrativo contra a Verde Mar Alimentação; procure no Diário Oficial a dificuldade que está sendo para contratar 5 mil 206 tornozeleiras a um preço de R\$5 milhões, porque não há recursos - isto significaria retirar 5 mil presos do sistema. Ora, Governador, se o senhor está surpreso, nós não estamos, estamos surpresos com a sua declaração, estamos surpresos com a sua surpresa. Acho, e não queremos fazer disto, Deputado Ademar Traiano, um debate eleitoral porque não é o caso, mas não dá para dizer que está surpreso, tanto que eu não quis vir ontem à tribuna para falar sobre isto porque temos que ter serenidade e aguardarmos que esta solução não seja olhada por um viés de uma disputa que está acontecendo, que não é só o Paraná, é o Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, mas nenhum Governador diz que ficou surpreso. Não vejo, Deputados, o Governador Geraldo Alckmin, que é do mesmo PSDB, dizer que está surpreso porque o PCC deflagrou uma grande operação em São Paulo para combater a polícia, não vejo! Não vejo o Governador de Minas, Anastasia, se eu não estiver enganado é esse o nome, dizer que está surpreso quando ocorrem situações similares em Minas Gerais. Não vejo o Governador de Santa Catarina dizer que ficou surpreso por ações com comandos tocando fogo em ônibus. Aliás, fez o contrário, pediu auxílio da Força Nacional. Agora vejo o Governador do Paraná dizer que ficou surpreso porque não esperava.



Então, o senhor peça relatório da Comissão de Direitos Humanos da OAB. O senhor peça o relatório da comissão instalada pela Seju, que acompanha os presídios, e o senhor verá que lá está escrito que na última vistoria feita na PCE e na PEP I, Penitenciária Estadual de Piraquara I, as condições são absolutamente preocupantes. O senhor verá que o scanner que era para ser comprado há dois anos, o scanner corporal para evitar que as mulheres, mães, filhas, irmãs, as mulheres dos presos tenham que se submeter à situação vexatória de ficar dando pulos em frente das pessoas que fazem vistoria, porque elas têm que fazer isso. E aqui entendo que o papel do agente e da agente penitenciária é exatamente esse, porque não há o scanner corporal, que talvez seja muito caro para comprar um! Procure saber, Governador, quais são as condições das pessoas que visitam os seus familiares no Complexo de Piraquara e que tem um balcão com dois, dois, Srs. Deputados, banheiros químicos, para receber pessoas que vêm às 4h da manhã para fazer visitas a presos. Não estamos, antes que algum apressado ou alguma apressada, não estamos defendendo que preso tem que ter vida boa, tem que ter televisão, rádio, cinema, piscina, não. Estamos defendendo a vida do agente penitenciário, a vida do preso, a vida da sociedade, a vida do policial, que são esses que são atingidos. Não é o Governador. O Governador tem o seu helicóptero. O Governador tem seu carro blindado. O Governador tem a sua família protegida, e tem que ser assim, como tem o Governador, tem o Presidente. Agora, a população não tem. E não ignore, não ignore que o Primeiro Comando da Capital está, sim, nos presídios. Que o 1533 que é colocado lá não é propaganda. E o senhor sabe disso, Governador! O senhor sabe disso! O senhor sabe que os agentes penitenciários, em que pese reconhecermos o seu esforço de ter contratado 400 agentes, mas o senhor sabe que é insuficiente o número de agentes. O senhor sabe que o senhor não construiu um único presídio novo, Governador Carlos Alberto Richa. O senhor sabe disso! O senhor sabe que a alimentação servida não é de hoje. Mas o senhor sabe que no seu governo a alimentação servida continua sendo servida podre. E que pessoas de dentro do presídio têm dito isso ao senhor, tem dito isso a Dra. Maria Tereza! O senhor sabe que os policiais que dão a vida, dão a vida para manter esse barril de pólvora sob controle estão todos os dias no limite. Que os agentes têm hoje, talvez, o maior grau de doenças de toda ordem, Deputado Elton. Não é só depressão, é alcoolismo, são doenças vinculadas à psicotrópicos, ao uso abusivo de álcool, porque a tensão vivida dentro desses ambientes é insuportável. E qual o mecanismo que temos, entre tantos, mas que temos insistido? Ter uma Defensoria Pública eficiente. Quando o senhor, de forma correta - e nós aqui reconhecemos - fez a lei para termos a Defensoria Pública, tivemos a exoneração de 220 auxiliares de defensores



públicos que agiam dentro das cadeias. Hoje não temos mais ninguém! Hoje não temos mais ninguém! Então, é preciso - não quero aqui responsabilizar exclusivamente o Governador Carlos Alberto Richa, porque não seria correto - mas o Governador, que é o mandatário maior do nosso Estado, não pode dizer que foi pego de surpresa! Como não poderia, se acontecesse coisa semelhante, a Presidente Dilma dizer que foi pega de surpresa! Ora, o Governador tem o controle, com o nome de todas as pessoas que estão dentro do sistema prisional, com o tempo de pena! Sabe disso! E se não sabe, que desça alguns andares e encontre a Dra. Maria Tereza, que ela vai lhe mostrar. Agora,... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para concluir.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Para concluir, Sr. Presidente. Pelo amor de Deus, Governador, leia o Diário Oficial, peça para a Dra. Maria Tereza, faça a lição de casa, ou teremos situações como essa muito mais graves, e aí não haverá mais surpresas; infelizmente haverá apenas uma rotina de tragédia em nosso Estado! Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos visitam e aqueles que nos acompanham pela TV, pelo rádio, pela internet, quero cumprimentá-los e lamentar esse episódio de horror em Cascavel, que deixou cinco mortos, dezenas de feridos, reféns foram feitos, vários agentes penitenciários foram feitos reféns. Lamentar e solicitar urgência na votação de uma PEC, Deputado Tadeu Veneri, que apresentamos aqui na primeira Sessão deste ano, PEC nº 1/2014, que propõe um novo sistema penal, um novo sistema prisional para o Estado do Paraná, criando a carreira e o cargo de Agente Penitenciário, criando as condições para que o preso estude, trabalhe, cumpra sua pena podendo reduzi-la, como a lei permite quando se estuda, quando se trabalha, Deputado Pastor Edson Praczyk. Nos países, nos Estados, e aqui no próprio Estado do Paraná, temos bons exemplos. Quando se estuda e se trabalha em algumas das nossas penitenciárias se sai e não volta ao crime, em torno de 90% não retornam ao crime; o índice de retorno ao crime é muito baixo, tem países que é menos de 5% o retorno ao crime. Portanto, temos uma proposta importante tramitando aqui na Casa; apresentei depois de debater exaustivamente durante um ano inteiro, durante o ano passado, com os Agentes Penitenciários, com estudiosos desse tema, formulamos a proposta, recolhemos aqui mais de 20 assinaturas, protocolamos na primeira Sessão deste ano, com o objetivo de contribuirmos para que rebeliões como essa, aliás, como as 18 que aconteceram em um ano no Estado do Paraná, possam ser evitadas, e que aquele e aquela que comete



crime, que está sob custódia do Estado, cumpra sua pena e seja devolvido para a sociedade o quanto antes, em condição de viver dignamente, com profissão, retornando ao seio da sua família, retornando às suas comunidades e não se envolvendo mais com o mundo do crime. É possível. Temos exemplos bons no mundo, aqui no Brasil, e temos exemplos no Paraná. Acompanhamos os Agentes Penitenciários que reclamam que são poucos Agentes no Estado do Paraná. Estavam lá nove Agentes Penitenciários para cuidarem de 1 mil e 40 presos, em Cascavel, no momento em que estourou a rebelião. É humanamente impossível! Falta tudo! Faltam, inclusive, algemas, Deputado Elton Welter, nas nossas penitenciárias! Isso chegou a um ponto que o Paraná foi visto pelo mundo, e a nossa cidade de Cascavel, como cena de horror! Presos sendo lançados, cinco foram lançados de uma altura de 15 metros, dois morreram imediatamente e dois foram decapitados e suas cabeças exibidas ao mundo. Então, isso precisa parar! Nós podemos, sim, aqui na Assembleia, modificar a Constituição do Estado do Paraná com essa Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, que é a PEC 01/2014, oferecendo um novo sistema prisional no Estado do Paraná, respeitando o preso e fazendo-o respeitar o Estado e o... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para concluir.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Para concluir, Sr. Presidente. Respeitando o preso que cumpre pena, fazendo com que ele respeite a sociedade paranaense e respeitando os trabalhadores que lá estão como Agentes Penitenciários, que precisam de carreira, de cargo, precisam de condições adequadas, e tem que ter um número maior de agentes também, Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Cheida, V. Exa. tem cinco minutos.

**DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB):** Sr. Presidente, nobres Pares, Londrina e o Paraná perderam Dalton Fonseca Paranaguá. Prefeito de Londrina de 1969 a 1972, quando ganhou do ex-Deputado Olivir Gabardo, de virada, em uma eleição praticamente perdida; estava em último lugar e de repente se reinventou, recém-chegado na cidade de Londrina, pode-se dizer assim, e ganhou as eleições. Dalton Paranaguá foi Secretário da Saúde do Estado do Paraná, em uma gestão brilhante, na gestão de Paulo Pimentel. Mas, antes de mais nada, esse médico, um exímio cirurgião, era um político nato, daqueles que raramente encontramos na vida. Às vezes fico tentando entender como é que uma pessoa, Pastor Gilson, consegue ter na sua natureza tanta facilidade de fazer algumas coisas. O Dr. Dalton Paranaguá era uma dessas pessoas, mais ou menos como aquele menino que está na beira do campo, vendo todo mundo jogar bola, e jogar bem, ele nunca jogou e de





repente a bola pinga perto dele, ele pega a bola e sai fazendo malabarismos, jogando melhor do que qualquer um que estava ali em campo, e ele nunca jogou. É uma coisa inata, própria dele, de dentro da pessoa, e ele fazia política dessa maneira, com simplicidade, mas com grandes resultados. Quando fui Prefeito de Londrina, diversas vezes ele me visitou, eu médico, ele médico, Dr. Tercílio, ia lá apenas pelo prazer de conversar com o Prefeito, levar ideias, ideias simples, que sem dúvida eram carregadas de significância para a cidade de Londrina. Por isso, todos estamos em luto. O Dalton, posso até dizer - e consultava o nosso decano Waldyr Pugliesi, ali, há pouco - pode-se dizer que deixou uma eleição ganha para o Senado, quando desistiu de disputar e abriu a possibilidade de Leite Chaves se eleger em 1974, pelo PMDB, Senador da República. Nunca mais o Dalton fez política do ponto de vista de disputar eleições, mas fazia política no seu dia a dia. E nós, que somos políticos do Paraná, precisamos, sem dúvida nenhuma, no resgate da memória de pessoas como ele, fazer as nossas reflexões. Quando a política hoje está criminalizada, os políticos às vezes hostilizados, quase que hoje pedir voto é um exercício às vezes de até risco, quando não de humilhação, ele, sem dúvida nenhuma, dava exemplos do lado oposto. E temos que, claro, nos reinventar, repensarmos a prática cotidiana para trabalharmos em sintonia com a população, que é a única razão de estarmos aqui. A única razão de sermos é o povo, não tem outra. Estamos aqui, afinal, e sempre temos que nos lembrar, não para resolver os nossos problemas, para fazermos negócio; estamos aqui para representar a vontade sagrada do povo, e quando se vai um político desse quilate, é realmente uma perda muito grande para todos nós. À família enlutada de Danton Fonseca Paranaguá os meus sinceros votos de pesar. Londrina perdeu Dalton; o céu, por certo, ganhou uma alma generosa, feliz, cordata e sobretudo iluminada. Que Deus o tenha no seu devido lugar. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Gilson.

**GRANDE EXPEDIENTE:** (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Deputado Gilson de Souza.

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, todos aqueles que nos assistem através da TV Sinal, colegas de imprensa, o que me traz nesta tarde a fazer uso desta tribuna é algo que me chamou muito a atenção, me trouxe preocupações a respeito de uma matéria da colunista Mônica Bergamo, em 12 de agosto na *Folha de São Paulo*, que diz a respeito a uma fala do Secretário do Conad, que é o Conselho Nacional de Políticas Antidrogas, o Sr. Vitore Maximiano, esse senhor é Secretário desse Conselho, e essa matéria trata de uma resolução que ainda está em discussão sobre as clínicas, as casas de recuperação de dependentes químicos, dependentes de álcool e outras drogas, e me traz preocupação com



relação à declaração desse Secretário, é que de certa forma está procurando impedir com que a fé, a religião, Deus, esses recursos, essas ferramentas sejam empregadas nas casas de recuperação para recuperação de drogados, e também proibindo que esses internos, os dependentes, venham também a trabalhar na própria clínica onde estão em tratamento. Isso me traz muita preocupação, porque temos acompanhado muitas clínicas de recuperação, que eu conheço muito bem a CRENVI, CRAVI, Hermon, conheço o REPAS, grupo que trabalha junto com essas clínicas; conheço o trabalho que as Igrejas têm feito para recuperação de drogados, e o cenário que vivemos é muito preocupante. Acabei de ouvir o pronunciamento, muito atento, do Deputado Tadeu Veneri, falando a respeito da situação lá de Cascavel, e também o Professor Lemos, o caos que está lá, que culminou em mortes e que ocupou o espaço na imprensa mundial. E vimos os presídios cheios, superlotados, com tratamento desumano, e por outro lado as clínicas, as Igrejas, não somente Evangélicas, mas Católicas, Espíritas, outras que estão querendo ajudar o ser humano, querendo dar a sua colaboração, e de repente vejo uma declaração dessa, esta resolução que vem barrar essas clínicas de exercer a fé. Muitos podem não crer, e como de fato o Estado é laico, mas o Estado não é ateu, ele respeita a fé das pessoas, ele deve respeitar a fé das pessoas, ele deve respeitar o direito das pessoas professarem a fé e pregarem aquilo que acreditam. Estamos vendo, quantas pessoas estão nas ruas, quantas pessoas estão no esgoto, sofrendo, vítimas do crack, vítimas do álcool, e a meu ver essa é uma batalha que parece uma batalha perdida. Há uma CPI instalada aqui nesta Casa, que é a CPI da Psiquiatria, e numa das perguntas que eu fiz a um dos representantes dessas clínicas, e falando dessas pessoas que estão nas ruas, e que muitos leitos foram fechados e não conseguem abrigar essas pessoas que são dependentes do álcool e de drogas, de repente dificultando o trabalho das clínicas terapêuticas. Que bom seria se vivêssemos num mundo diferente e pudéssemos dar aos dependentes químicos instalações melhores, com azulejos, com ar-condicionado, chuveiros quentes, com bom espaço. Que bom seria! Que bom seria se pudéssemos ter um psicólogo para cada interno. Mas essa não é a realidade! Vivemos num tempo onde as pessoas estão jogadas nas ruas e são tiradas da rua para ir a um presídio, e um presídio que não recupera ninguém, um presídio com tratamento desumano, e as Igrejas Evangélicas, Espíritas, Católicas e outros que querem cooperar, me parece que esse Sr. Maximiano não entende muito disso. Talvez muitos não acreditem, mas acredito na fé e acredito no poder transformador do Evangelho. Eu poderia encher aqui essas galerias juntamente com os amigos, Pastor Edson Praczyk, cuja Igreja faz um trabalho muito bonito nesta área também; Quantas pessoas foram recuperadas das drogas através da fé...



**Deputado Felipe Lucas (PPS):** Permite-me um aparte?

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** Logo na sequência, Deputado. Através da fé, pessoas que não estão à busca de um lugar muito tranquilo, confortável, mas pessoas, adolescentes, jovens, que precisam de amor, que precisam de abraço, que precisam de esperança, e as Igrejas estão oferecendo isso! Estão dando o abraço! E quanto isso custa aos cofres do Governo? Nenhum tostão! E, de repente, o senhor, esse Secretário do Conad me parece que não tem esse conhecimento, de repente propõe que a fé, a religião não seja aplicada nas clínicas terapêuticas. Lembrando, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, famílias paranaenses, que as pessoas entram numa clínica de livre e espontânea vontade, e não são obrigadas a ficar lá; elas podem sair a qualquer momento! Então, vai aqui a minha palavra de indignação. Na verdade é uma resolução que está em estudo, mas nessa declaração, me parece que nas próximas semanas ela será editada. Concedo aparte ao nobre Deputado.

**Deputado Felipe Lucas (PPS):** Deputado Gilson, quero parabenizar pela sua fala, o seu pronunciamento, e dizer que é muito elogiável, quando o senhor citou que toda a sociedade, todas as religiões cristãs devem participar e ajudar para que haja uma melhora nessa condição. Tenho também uma preocupação muito grande hoje, quando vejo que alguns setores, principalmente fazendo parte da CPI da Psiquiatria, onde vemos leitos fechados no Estado, vemos leitos no Brasil sendo fechados, de forma que já não deu certo em outros países como Itália, como a Alemanha, como os Estados Unidos, e voltaram atrás. Portanto, o Brasil precisa, de toda forma, tomar um juízo, principalmente tomar um juízo nessa questão da psiquiatria, onde tirariam pessoas da rua, evitando crimes, evitando outras questões, de serem presos, evitando mortes. Portanto, é muito bom o seu pronunciamento, concordo plenamente, e acho que todos nós devemos concordar e dizer que todos os legisladores e Parlamentares devem fazer um esforço para que se melhore. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** Muito obrigado, Deputado Felipe Lucas, pelo seu aparte. Quero dizer a toda família paranaense: esta é uma guerra que parece que estamos perdendo, e não estou aqui, de forma alguma, dizendo que o tratamento psicológico, psiquiátrico, os profissionais da área da saúde, os seus trabalhos não são importantes, mas creio que podemos unir tudo isso ao trabalho da saúde, dos médicos, dos psicólogos, dos assistentes sociais, mas também a fé. Conheço muitas pessoas que estavam jogadas nas ruas. Na semana retrasada encontrei um senhor, um advogado, que perdeu a esposa, perdeu os filhos, e estava na rua, no crack, e tive a alegria de encontrá-lo, juntamente com a sua família novamente, totalmente recuperado! E vou dizer a vocês: ele não precisou de nenhum medicamento, nenhum tostão



custou aos cofres públicos, e ele está recuperado e está contribuindo com o seu trabalho para a sociedade! Então, essa é uma luta que não pode parar, e devemos todos nos unir. Estamos vendo as dificuldades das clínicas terapêuticas, onde as exigências são grandes, são altas exigências, e muitos estão tendo que fechá-las. Entendo que o ideal seria, sem dúvida, ter um tratamento muito melhor do que está, com colchões, instalações, chuveiros, banheiros, mas entre a pessoa estar na rua, jogada no lixo, jogada no esgoto, e, de repente, receber o amparo num ambiente que, de repente, não é tão confortável, acho que é uma questão de bom senso, e precisamos unir as nossas forças nessa grande batalha. Boa parte das Igrejas tem os seus espaços ociosos durante os dias; só na minha denominação são mais de 900 igrejas, e por várias vezes eu ofereci... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para concluir.

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** ...Por várias vezes, juntamente com outros Pastores, oferecemos esses espaços para podermos ajudar as pessoas que precisam. Parece-me que não houve nenhum interesse, não fui procurado; simplesmente ignorado. E nessa luta, aqui nesta Casa, em defesa da família, em defesa daqueles que estão jogados nas ruas, nesta luta de combate às drogas, me parece que é uma batalha vencida; mas estou aqui como Parlamentar nesta Casa, fazendo o pronunciamento e pedindo para que tenham bom senso e que todos possamos nos unir nesta grande luta, nesta batalha que não podemos perder. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, família paranaense.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Consulto o Deputado Traiano se fará uso da palavra? Não havendo mais oradores inscritos, pedimos para zerar o painel. O último orador, Deputado Traiano.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Deputado Ademar Traiano.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de algum tempo longe da tribuna, volto novamente para falar aos paranaenses, e principalmente para deixar claros aqui alguns questionamentos levantados pelo Deputado Enio Verri. Acho importante que quando o orador vem à tribuna tome conhecimento pleno daquilo que vai afirmar em relação ao tema. O devido respeito ao Deputado Enio Verri, acredito que ele não tenha conhecimento da situação do Instituto São José, da cidade de Laranjeiras do Sul, porque tudo aquilo que foi dito aqui não procede. Aliás, Sr. Presidente, V. Exa. conhece muito bem o quadro desse Instituto São José, de Laranjeiras do Sul, como outros Parlamentares que aqui estão também têm pleno conhecimento. O que ocorre, e eu já levantei todas as informações, aliás, diga-se de passagem, com propriedade, porque quem era o Chefe da Regional de



Saúde de Guarapuava e que atendia Laranjeiras do Sul era meu filho, então posso falar com toda segurança do mundo - falei também com o Secretário da Saúde há pouco - o que ocorre é que esse hospital, o Instituto, lamentavelmente deixa muito a desejar. O Estado não tem nenhuma pendência com o Instituto São José. Deputado Turini, V. Exa. é médico. O que ocorre? Havia sido credenciado, ou administrativamente a Secretaria da Saúde autorizou o funcionamento de uma UTI, e para que se possam efetuar os pagamentos pelo trabalho feito na UTI, há que se ter um médico intensivista. Infelizmente, não vou dizer aqui, até para preservar a imagem do médico, e todos sabem, o proprietário ou diretor desse Instituto sabe as razões do por que teve que afastar o médico intensivista, e até agora ele não encontrou um outro profissional para trabalhar na UTI do Instituto São José. O que ocorre? Até julho, nenhuma pendência do Estado havia com o Instituto São José. Tudo estava pago. Como tinha três pacientes na UTI, e ela só foi fechada a partir do momento em que os três pacientes tivessem alta, os três pacientes tiveram alta no final de julho, e o encaminhamento para o pagamento das despesas desses pacientes é um procedimento administrativo, que demora aproximadamente 60 dias para efetuar o pagamento. Então, a única pendência é essa, mas por uma falha do próprio Instituto São José, e não pela deficiência do Governo do Estado do Paraná. Aliás, Srs. Deputados e paranaenses, o HOSPSUS, mesmo sem...

**Deputado Valdir Rossoni (PSDB):** Deputado Traiano.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Já lhe concedo, Deputado Rossoni. Mesmo sem ter a estrutura necessária, o Estado vinha pagando também os recursos para a subsistência desse Instituto, através do HOSPSUS. Então, na sequência, vou fazer a minha conclusão e vou conceder o aparte ao Deputado Rossoni, que conhece muito bem esse quadro, porque, aliás, foi o Deputado Rossoni quem viabilizou o funcionamento dessa UTI na cidade de Laranjeiras do Sul.

**Deputado Valdir Rossoni (PSDB):** Deputado Traiano, o que V. Exa. está falando é verdade, não há atraso, me desculpe o Deputado Enio Verri, foi induzido a erro. Na verdade, quem viabilizou essa UTI foi a própria Secretaria da Saúde, que deu todos os equipamentos. Aí, era de responsabilidade do hospital prestar serviços para a saúde pública, mediante pagamento dos serviços prestados. O hospital é excelente, mas, na verdade, ele não está prestando serviços. Não há como pagar por serviços não prestados. E por que o hospital não está prestando serviços? Não está prestando serviços porque não tem o médico que V. Exa. falou. Então, apenas desci da Presidência para dar esta explicação, porque seria importante que funcionasse a UTI, porque Laranjeiras do Sul está ao lado de uma rodovia que também tem muitos



acidentes e atende uma região inteira, mas o que precisaria era que o hospital colocasse o médico de plantão para prestar os serviços na UTI, e dentro do limite das necessidades, a Secretaria da Saúde efetuar o pagamento. Agora, se o hospital não presta o serviço, não há como a Secretaria da Saúde fazer os pagamentos. Era isso. Agradeço pelo aparte.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** É verdade, Deputado Rossoni. Por isso seu depoimento é fundamental para esclarecimento, porque é muito fácil vir à tribuna fazer acusações ao Governo do Estado de que não cumpre com suas obrigações, o que é uma grande inverdade. Temos, sim, algumas pendências, é natural, e elas já foram aqui, por inúmeras vezes, ditas as razões do porquê de algumas pendências que o Estado está tendo, e não quero mais me reportar a este tema, desta perseguição do Governo Federal, da queda da receita. Só para que tenhamos conhecimento, o mês de junho, o mês de junho - e aí se fala que o Brasil está bem - a queda da receita no Governo do Estado no mês de junho foi na ordem de R\$ 200 milhões. Duzentos milhões de reais! E o Brasil está em um "mar de rosas", como tentam afirmar aqueles defensores do Governo Federal. Mas, voltando ao tema do Instituto São José, o Deputado Rossoni sabe, o Estado equipou totalmente essa UTI, e é lógico que não há como efetuar o pagamento se não há prestação de serviço, porque é fundamental que tenhamos o médico intensivista. A UTI não é para o médico de qualquer formação, e o Deputado Dr. Batista sabe perfeitamente disso, ele tem que ter a formação específica para prestar serviço dentro da UTI, e aí o hospital, o instituto, ele peca na sua organização. Disse-me o Secretário, agora há pouco, até para que possa ser habilitada na sequência a UTI, porque provisoriamente, administrativamente o Estado vinha pagando, ele tem que buscar o novo intensivista, e aí também recorrer ao Ministério da Saúde para a sua habilitação, em concordância com a Secretaria da Saúde, que dará a palavra final. Então, Srs. Deputados, é bom que tragamos aqui a verdade, porque uma fala desta natureza, usada, quem sabe, na sequência, em um programa eleitoral, pode trazer um prejuízo enorme! Não tenham a menor dúvida de que se faz isto para se valer de pronunciamentos ou de programas eleitorais no futuro! Mas para aqueles que ainda insistem em dizer que o nosso Estado não investe em saúde, quero, para a alegria de todos os paranaenses, dizer o seguinte: estive hoje pela manhã com o Secretário da Fazenda, e agora há pouco o Secretário da Saúde também me confirmou, quando ele vier à Assembleia para prestar as informações do quadrimestre, no mês de setembro, Deputado Dr. Batista, estaremos atingindo o limite, e até além do limite constitucional dos 12% previstos de investimento em saúde. Portanto, tudo aquilo que a Oposição tentou imputar ao nosso Governo, está demonstrado pelas ações que o Governo está fazendo em relação à saúde do nosso Estado



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



do Paraná. Então, Srs. Parlamentares, amigos paranaenses que nos ouvem, para restabelecer a verdade, eu não tinha como não vir a esta tribuna e fazer estas afirmações e trazer estas informações.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Encerrado o horário do Expediente, passamos à **Ordem do Dia**.

## **ORDEM DO DIA:**

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Manifestações sem revisão dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e constantes dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica. Para cômputo do quórum para as votações e em observância aos arts. 59 e 60 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: **Deputados presentes:** Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Enio Verri (PT), Evandro Junior (PSDB), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Marla Tureck (PSD), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Osmar Bertoldi (DEM), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Roberto Aciolli (PV), Rose "Litro" (PSDB), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB) **(45 Parlamentares)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Adelino Ribeiro (PSL), Cantora Mara Lima (PSDB), Elton Welter (PT), Hermas Brandão Jr. (PSB), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD, conforme Protocolo nº 4.385/2014, em licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares no período de 19.8.2014 a 7.10.2014) e Toninho Wandscheer (PT) **(7 Parlamentares)**; **Deputados ausentes justificadamente:** Caíto Quintana (PMDB, conforme Protocolo nº 4.306/2014, de acordo com o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno, por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico) e Nelson Garcia (PSDB, conforme Protocolo nº 4.391/2014, de acordo com o art. 60, § 4º do Regimento Interno, abono de uma ausência mensal) **(2 Parlamentares)**].

## **Projetos que necessitam de apoioamento.**

**Projetos de Lei:** (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Protocolo nº 4.342/2014** (autuado sob o



nº 390/2014), do Deputado Tercílio Turini, que dispõe sobre a inclusão da dosagem de vitamina D no rol de exames de rotina solicitados nas Unidades de Saúde do Estado do Paraná; **Protocolo nº 4.343/2014** (autuado sob o nº 391/2014), do Deputado Fernando Scanavaca, que dispõe sobre a necessidade de apresentação de selo garantidor para o uso do Gás Natural Veicular, GNV, pelos usuários de veículos automotores, nos postos de combustíveis.

**Passamos à votação dos itens da pauta.**

Há **Requerimento (protocolado sob o nº 4.396/2014)**, dos Deputados Ademar Traiano, Líder do Governo, e Elton Welter, Líder da Oposição, solicitando votação em bloco das Proposições nºs 273, 274, 275, 277, 278 e 279/2014, em redação final, da presente Ordem do Dia, Itens 1 a 6. Consulto o Plenário se podemos votar em bloco, por se tratarem de matérias similares.

**Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.** Então, estão em redação final os projetos ora mencionados, de autoria do Deputado Caíto Quintana e demais Srs. Deputados.

(Conforme Requerimento nº 4.396/2014, aprovado nesta Sessão, ocorreu a votação em bloco dos Itens 1 a 6.)

**ITEM 1** - Redação Final do Projeto de Lei nº 273/2014, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 7.132, de 4.5.1979, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 2** - Redação Final do Projeto de Lei nº 274/2014, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 7.310, de 26.5.1980, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 3** - Redação Final do Projeto de Lei nº 275/2014, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 11.447, de 20.6.1996, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 4** - Redação Final do Projeto de Lei nº 277/2014, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.641, de 14.12.1993, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 5** - Redação Final do Projeto de Lei nº 278/2014, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.609, de 13.12.1993, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 6** - Redação Final do Projeto de Lei nº 279/2014, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro





Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.580, de 13.12.1993, de concessão de título de utilidade pública.

Estão em votação. Srs. Deputados favoráveis, “sim”; contrários, “não”. Votando. Encerrada a votação. [**Votaram “sim”**: Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Enio Verri, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose “Litro”, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (36 Deputados). **Não votaram**: Adelino Ribeiro, Caíto Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Elton Welter, Evandro Junior, Hermas Brandão Jr., Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Péricles de Mello, Tercílio Turini, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (18 Deputados)]. Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário estão **aprovados** os Projetos de Lei nºs 273, 274, 275, 277, 278 e 279/2014 em redação final.

**ITEM 7** - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 225/2014, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que declara de utilidade pública a Geração Integrar - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2ª discussão. Em discussão. Em votação o substitutivo. Encerrada a votação. [**Votaram “sim”**: Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose “Litro”, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (42 Deputados). **Não votaram**: Adelino Ribeiro, Caíto Quintana, Cantora Mara Lima, Elton Welter, Evandro Junior, Hermas Brandão Jr., Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (12 Deputados)]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 225/2014.



Sempre lembrando aos Srs. Deputados que teremos uma Sessão Ordinária antecipada do dia de amanhã.

**ITEM 8** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 486/2013, de autoria do Deputado Stephanes Junior, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida, com sede e foro no Município de Rio Negro. Parecer favorável da CCJ. Votando. Encerrada a votação. [**Votaram “sim”**: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose “Litro”, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (42 Deputados). **Não votaram**: Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Caíto Quintana, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Elton Welter, Hermas Brandão Jr., Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (12 Deputados)]. Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 486/2013.

**ITEM 9** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 799/2013, de autoria do Deputado Professor Lemos, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri, realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio. Parecer favorável da CCJ. Votando. Encerrada a votação. [**Votaram “sim”**: Ademar Traiano, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose “Litro”, Stephanes Junior, Tercílio Turini, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (37 Deputados). **Não votaram**: Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Artagão Junior, Caíto Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Elton Welter, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (17 Deputados)]. Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 799/2013.



**ITEM 10** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 200/2014, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o evento Missa por um Natal Solidário, realizada anualmente no Município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Encerrada a votação. [**Votaram “sim”**: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose “Litro”, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (41 Deputados). **Não votaram**: Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Caíto Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Elton Welter, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (13 Deputados)]. Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 200/2014.

**ITEM 11** - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 313/2014, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 11.165, de 4.9.1995, de concessão de título de utilidade pública. Parecer favorável da CCJ. Votando. Encerrada a votação. [**Votaram “sim”**: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose “Litro”, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (36 Deputados). **Não votaram**: Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Andre Bueno, Artagão Junior, Caíto Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Elton Welter, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (18 Deputados)]. Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 313/2014.

**ITEM 12** - 1ª Discussão do Projeto de Resolução nº 12/2014, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de abril de 2014. Parecer



favorável da Comissão de Tomada de Contas. Votando. Sempre lembrando que a Sessão antecipada conta como presença. Encerrada a votação. **[Votaram “sim”:** Ademar Traiano, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Roberto Aciolli, Rose “Litro”, Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (31 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Artagão Junior, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Elton Welter, Evandro Junior, Felipe Lucas, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Marla Tureck, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Paranhos, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (23 Deputados)]. Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Resolução nº 12/2014.

**DEPUTADO STEPHANES JUNIOR (PMDB):** “Questão de ordem”.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** “Questão de ordem” do Deputado Stephanes Junior.

**DEPUTADO STEPHANES JUNIOR (PMDB):** É possível um Parlamentar pedir licença sem vencimentos e manter o gabinete na Casa, a não ser que seja para tratamento de saúde? Minha dúvida é essa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Veja, Deputado, surgiu essa indagação, esse questionamento. Fiz a leitura do Regimento, vou consultar a Procuradoria e o posicionamento da Procuradoria vai me nortear para tomar a decisão.

**DEPUTADO STEPHANES JUNIOR (PMDB):** Está certo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Se a Procuradoria disser que ao se licenciar o gabinete deve ser também exonerado, será exonerado. Eu seguirei a lei. Agradeço a V. Exa. pela compreensão.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

#### **REQUERIMENTOS**

**Requerimento nº 4.293/2014**, do Deputado Paranhos, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Copel, para a realização de uma nova avaliação referente ao número de propriedades atingidas quando da abertura das comportas da Usina Hidrelétrica José Richa (Salto Caxias). **Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**



**Requerimento nº 4.394/2014**, do Deputado Enio Verri, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Saúde, para que forneça informações a respeito do atraso no repasse de recursos ao Instituto São José, de Laranjeiras do Sul.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Sr. Presidente, encaminho contrariamente a esse requerimento, até pelas informações que acabei de dar aqui em relação ao Instituto São José. Acho que está devidamente esclarecido. Então, não há razão para aprovarmos o requerimento.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para encaminhamento, Deputado Enio Verri.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, gostaria, e é um direito que me cabe como Parlamentar, que esta nobre Casa me desse o direito de receber por escrito essa resposta do Governo. Embora com todo respeito ao nobre Líder Traiano, que fala pelo Governo, eu entendo que já que a resposta que ele nos deu representa, de fato, o que foi dito, o que o Governo pensa, que me passe essa resposta. Portanto, seria uma coisa tão simples! Já que se tem a resposta dada, que a Secretaria Estadual da Saúde nos repasse essa resposta por escrito. Por isso eu peço, por favor, peço até um acordo para o Líder, já que ele diz que já está respondido, que passe por escrito isso e fique acatado para colocarmos em votação.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Se V. Exa. retirar o requerimento eu me comprometo a trazer a informação, sem nenhum problema.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Eu retiro.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Até porque não temos nada a esconder, o assunto está devidamente esclarecido.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sei que não é permitido o debate, mas só mais uma vez, se está esclarecido, se não tem problema, por que o requerimento não pode ser aprovado e nos seja entregue? Isso é uma questão de marca?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Vejam, Srs. Deputados, V. Exas. entrem em um entendimento. Não vou deixar aqui... Regimentalmente não é permitido.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** "Questão de ordem". Vou fazer uma pergunta ao Regimento, que tenho dúvidas. Vamos entrar num acordo para que eu receba essa resposta na segunda-feira; caso não receba a resposta na segunda-feira, podemos suspender, então, e colocar em votação?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Eu retiro e V. Exa. protocola novamente.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Está bem. Ficando um acordo com o Líder do governo que nos apresentará a resposta na segunda-feira.



**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Então, está retirado o requerimento pelo autor.

**Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento nº 4.398/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de expediente à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania solicitando, por meio da Direção da Penitenciária Estadual de Cascavel, a imediata divulgação de relatório de danos e vítimas da rebelião ocorrida na Unidade Prisional; **Requerimento nº 4.385/2014**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, no período de 19.8.2014 a 7.10.2014; **Requerimento nº 4.344/2014**, do Deputado Anibelli Neto, para o envio de votos de congratulações e aplausos ao Município de Ângulo, pela comemoração de 24 anos de emancipação política e administrativa, em 3.9.2014; **Requerimento nº 4.348/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de votos de louvor e congratulações ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná, Creci/PR, pela comemoração do Dia do Corretor, em 27 de agosto; **Requerimentos nº 4.349 a 4.356/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de votos de congratulações e regozijo pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Jaguariaíva, em 15 de setembro; Mamborê, em 10 de setembro; Mercedes, em 13 de setembro; Pérola, em 14 de setembro; Ponta Grossa, em 15 de setembro; Quatro Pontes, em 13 de setembro; Santa Mônica, em 10 de setembro; e São Manoel do Paraná, em 13 de setembro; **Requerimentos nºs 4.357 e 4.358/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de votos de congratulações: ao Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná, Sindivet/PR, em comemoração ao Dia do Médico Veterinário, 9 de setembro; e ao Sindicato dos Administradores do Estado do Paraná, Sinaep, em comemoração ao Dia do Administrador, 9 de setembro; **Requerimento nº 4.345/2014**, do Deputado Anibelli Neto, para o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Nelson Yoshitaka Nishimuta, ocorrido no dia 20.8.2014, no Município de Maringá; **Requerimento nº 4.346/2014**, do Deputado Tercílio Turini, para o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Dalton Fonseca Paranaguá, ocorrido no dia 26.8.2014; **Requerimento nº 4.399/2014**, do Deputado Francisco Bühner, para o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sra. Maria Ecy de Oliveira, ocorrido no dia 31.7.2014; **Requerimentos nºs 4.359 a 4.384/2014**, do Deputado Plauto Miró, para o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Antonio Alves da Silva; da Sra. Rosicleia Franco de Lima; da Sra. Elza Bueno Rodrigues Carvalho; da Sra. Ione Saber Driedrichs; da Sra. Jeanine Busato Miara; da Sra. Leoni Schimanski; da Sra. Miriam Soares Clock; da Sra. Maria Clarice de Lima; da Sra. Ines das Graças Antunes; da Sra. Florença Maria de Jesus; da Sra. Genita Maria dos Santos; do jovem Ederson



Alves dos Santos; do Padre Isaias Becher; do Sr. Andrey Filipowski; do Sr. João Pedro Paes de Almeida; do Sr. Luciano Batista; do Sr. Luiz Carlos Antunes de Almeida; do Sr. Carlos Alberto Stacheski; do Sr. Altamir Veçossi Costa; do Sr. Mariano dos Santos; do Sr. Alcenor de Oliveira; do Sr. Acir Nunes Guimarães; do Sr. Ari Paes de Camargo; do Sr. Antonio Maurílio Maciel de Proença; do Sr. João Alberto Castilho; e do Sr. Antonio Albari Coimbra.

**Requerimentos com despacho do Presidente:**

**Justificativas de ausência:**

**Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 4.386/2014**, do Deputado Andre Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6.8.2014; **Requerimento nº 4.387/2014**, do Deputado Bernardo Ribas Carli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014; **Requerimento nº 4.388/2014**, da Deputada Marla Tureck, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014; **Requerimento nº 4.389/2014**, do Deputado Caíto Quintana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13.8.2014; **Requerimento nº 4.390/2014**, do Deputado Paranhos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25.8.2014; **Requerimento nº 4.391/2014**, do Deputado Nelson Garcia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26.8.2014; **Requerimento nº 4.392/2014**, do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014; **Requerimento nº 4.393/2014**, do Deputado Dr. Batista, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25.8.2014; **Requerimento nº 4.395/2014**, do Deputado Ademar Traiano, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4.8.2014; **Requerimento nº 4.397/2014**, do Deputado Fernando Scanavaca, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária (antecipada do dia 27.8.2014) na sequência, conforme requerimento aprovado protocolado sob o nº 4.318/2014, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 280/2014, 281/2014, 282/2014, 283/2014, 284/2014, 285/2014, 286/2014, 287/2014, 288/2014 e 289/2014; 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 313/2014 e do Projeto de Resolução nº 12/2014; e 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 304/2014 e 305/2014. **“LEVANTA-SE A SESSÃO”**. (Sessão encerrada às 16h11, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.

Mesa Executiva		
	DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI Presidente	
DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR 1º Vice-Presidente	DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES 1º Secretário	DEPUTADO GILSON DE SOUZA 3º Secretário
DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO 2º Vice-Presidente	DEPUTADO ADEMIR BIER 2º Secretário	DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO 4º Secretário
DEPUTADO NELSON LUERSEN 3º Vice-Presidente		DEPUTADO STEPHANES JUNIOR 5º Secretário

Lideranças	
Líder do Governo.....	Ademar Traiano
Líder da Oposição .....	Elton Welter
PMDB .....	Nereu Moura
PSDB.....	Francisco Bührer
PSB .....	Wilson Quinteiro
DEM.....	Elio Lino Rusch
PDT .....	Fernando Scanavacca
PT .....	Tadeu Veneri
PPS .....	Tercilio Turini
Bloco - PP,PV, PSL.....	Duilio Genari
Bloco - PSC,PRB, PMN.....	Leonardo Paranhos

## Representação Partidária

**PMDB** – Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Stephanes Junior, Tenuo Kato, Waldyr Pugliesi, Luiz Eduardo Cheida, Caio Quintana, Cleiton Kielse. **PSDB** – Ademair Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Bühner, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Rose “Litro”, Valdir Rossoni. **PT** – Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Melo, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Toninho Wandscheer, Elton Welter. **DEM** – Elio Lino Rush, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Osmar Bertoldi. **PDT** – Andre Bueno, Fernando Scanavaca, Nelson Luersen. **PPS** – Douglas Fabricio, Tercilio Turini, Felipe Lucas. **PSB** – Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr, Wilson Quinteiro. **PV** – Rasca Rodrigues, Roberto Acioli. **PSC** – Gilson de Souza, Paranhos. **PRB** – Pastor Edson Praczyk. **PSD** – Maria Tureck. **PSL** – Adelino Ribeiro. **PP** – Duilio Genari. **PMN** – Dr. Batista

## Deputados Licenciados

PSD – Ney Leprevost

**www.imprensaoficial.pr.gov.br**



## Sessões Plenárias

## Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 26 de agosto de 2014 - Ata nº 75

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Adelinio Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Enio Verri (PT), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scanavacca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Laersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Roberto Acioli (PV), Rose "Litro" (PSDB), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Terezo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB) (39 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Valdir Rossoni, secretariado pelos Srs. Deputados Plauto Miró (1º Secretário) e Jonas Guimarães (na função de 2º Secretário), "*sob a proteção de DEUS*", iniciou os trabalhos da 75ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. O Sr. 2º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (nº 74, de 25.8.2014), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

**EXPEDIENTE:** (Documentos originais sob a guarda das Comissões e Diretorias.)  
**Ofícios:** (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 4.319/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.449/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$1.105.999,28 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.339-23/2012, firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto construção da Cadeia Pública e do Semiaberto de Londrina; **Protocolo nº 4.320/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.445/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$1.492.969,14 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.338-19/2012, firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto construção de Cadeia Pública de Foz do Iguaçu e dois Semiabertos de Foz do Iguaçu; **Protocolo nº 4.321/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.462/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$926.178,86 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.342-70/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto construção da Cadeia Pública de Ponta Grossa; **Protocolo nº 4.323/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.467/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$428.625,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.355-39/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Feminina de Piraquara, PFP; **Protocolo nº 4.324/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.478/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$375.750,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.356-43/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Masculina em Cascavel, PEC; **Protocolo nº 4.325/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.489/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$375.750,00

na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.357-58/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Casa de Custódia de Piraquara, CCP; **Protocolo nº 4.326/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.494/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$375.750,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.358-62/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Masculina de Ponta Grossa; **Protocolo nº 4.327/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.495/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$220.500,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.359-76/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto Ampliação da Cadeia Pública Masculina, CCL, em Londrina; **Protocolo nº 4.328/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.496/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$563.625,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.360-03/2012, firmado com o Estado do Paraná no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Penitenciária Masculina em Piraquara; **Protocolo nº 4.329/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.500/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$563.625,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.361-17/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Cadeia Pública Masculina, PEF, de Foz do Iguaçu; **Protocolo nº 4.330/2014**, Ofício Eletrônico nº 1.502/2014, do Supervisor, do Coordenador e do Gerente de Filial da Gerência Executiva de Governo Curitiba/PR da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros - Orçamento Geral da União, autorizado pelo Ministério da Justiça, no valor de R\$563.625,00 na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0395.362-21/2012, firmado com o Estado do Paraná, no âmbito do Programa Segurança Pública e Cidadania, que tem por objeto a ampliação da Cadeia Pública Masculina de Piraquara, PEP II; **Protocolo nº 4.331/2014**, Ofício nº 340/2014, do Coordenador de Parcerias Estaduais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, comunicando a celebração do Convênio nº 794051/2013 entre o CNPq e a FAADCT, conforme publicação no Diário Oficial da União nº 142, de 28.7.2014, página 16; **Protocolo nº 4.332/2014**, Ofício nº 216/2014, do Procurador de Justiça/Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Paraná, comunicando que devido à reestruturação o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Consumidor, CAOPCON, encontra-se em novo endereço e com novos telefones; **Protocolo nº 4.333/2014**, Ofício nº 337/2014, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, comunicando que foi publicada na data de 20.8.2014 a Portaria nº 476/2014, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas Edição nº 947, que concedeu aposentadoria ao Conselheiro Caio Marcio Nogueira Soares, conforme deliberado no Acórdão nº 4.625/2014 - Tribunal Pleno, nos Autos nº 612011/2014-TC, e que o cargo vacante deverá ser preenchido por Auditor da Corte indicado pelo Sr. Governador do Estado a partir de lista tripartite; **Protocolo nº 4.334/2014**, Ofício nº 26.930/2014, da Secretária Judiciária do Supremo Tribunal Federal, comunicando que o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou procedente a ação direta de inconstitucionalidade nº 3564, declarando a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 109/2005 do Estado do Paraná; **Protocolo nº 4.335/2014**, Ofício nº 221/2014, do Secretário de Estado da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, encaminhando resposta ao Ofício nº 3.157/2014, referente a requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Protocolo nº 4.336/2014**, Ofício nº 599/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 5.653/2013, referente a requerimento do Deputado Toninho Wandscheer; **Protocolo nº 4.337/2014**, Ofício nº 607/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 1.872/2011, referente a requerimento do Deputado Paranhos; **Protocolo nº 4.338/2014**, Ofício nº 223/2014, do Reitor do Instituto Federal do Paraná, Ministério da Educação, encaminhando resposta ao Ofício nº 3.213/2014, referente a requerimento da Deputada Maria Tureck; **Protocolo nº 4.339/2014**, Ofício nº 605/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde às Indicações Legislativas nºs: 1.131 e 1.450/2013, do Deputado Gilberto Ribeiro; 227 e 12/2012, do Deputado Douglas Fabrício; 450/2013, do Deputado Pedro Lupion; e 1.892/2013, do Deputado Duílio Genari; **Protocolo nº 4.340/2014**, Ofício nº 603/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde à Indicação Legislativa nº 719/2013, da Deputada Cantora Mara Lima; **Protocolo nº 4.341/2014**, Ofício nº 604/2014, do Chefe da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Ofício nº 2.239/2013, referente à Indicação Legislativa nº 2.239/2013, do Deputado Ney Leprevost.  
**Relatório:** (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 4.347/2014**, Ofício nº 13/2014, do Deputado Ney Leprevost, Presidente da Comissão de Esportes, encaminhando o relatório das atividades realizadas pela Comissão no primeiro semestre de 2014.  
**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Finda a leitura do Expediente. Vamos iniciar o Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Tercílio Turini. Por favor, por cinco minutos. Queremos aproveitar para cumprimentar as lideranças de Paranaguá, o Carlos José de Carvalho, o Dirceu Fabiano e o Rafael, a pedido do ilustre Deputado Douglas Fabrício.  
**PEQUENO EXPEDIENTE:** (Manifestações sem revisão dos oradores.) Usaram da palavra os oradores: Deputados Tercílio Turini (usou também o horário da Liderança do PPS), Enio Verri, Tadeu Veneri (usou também o horário da Liderança do PT), Professor Lemos e Luiz Eduardo Cheida.  
**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados é com pesar que comunicamos o falecimento do ex-Prefeito de Londrina, Dalton Fonseca Paranaguá, ocorrido hoje pela manhã em sua residência. Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi também Secretário de Saúde do Estado do Paraná, de 1966 a 1968, na gestão do

ex-Governador Paulo Pimentel. Dr. Dalton Paranaíba teve grande importância na vida política de Londrina e do Paraná, foi eleito Prefeito em 1968, pelo antigo MDB, em um momento em que o Brasil ainda estava sob o comando do Governo Militar. A sua eleição fortaleceu a Oposição em Londrina, transformando a cidade em um importante centro nacional de resistência e contestação à ditadura. Como Prefeito - de 1969 a 1973, antecedeu o Prefeito José Richa - realizou obras relevantes para o futuro de Londrina. Na área de saúde, por exemplo, iniciou o processo de centralização no atendimento, com a construção de um posto de saúde na Vila da Fraternidade, unidade pioneira na cidade. Foi a partir disso e de uma sequência de trabalhos, que Londrina virou referência nacional no atendimento descentralizado de saúde, que é modelo do SUS. Outras realizações de Dalton Paranaíba, que contribuíram para o desenvolvimento de Londrina: o Ginásio de Esportes Moringão, a ampliação do serviço telefônico da Sercotel e do então serviço autárquico de saneamento, a instalação da Usina de Asfalto e a erradicação de favelas com a construção de núcleos habitacionais. Dalton Paranaíba teve importante participação na instalação do *campus* da Universidade Estadual de Londrina, como reconhecimento ao seu trabalho, em março de 2012, foi homenageado pela Reitoria da UEL com o Título de Cidadão Benemérito da Universidade Estadual de Londrina. Nascido no Piauí, Dalton Paranaíba chegou à Londrina em 1955, para trabalhar como cirurgião-geral do Hospital Evangélico. Morreu aos 87 anos e seu corpo será sepultado nessa quarta-feira, às 10h, no cemitério Parque das Oliveiras. Um homem que merece todas as homenagens, por tudo que fez por Londrina e como Secretário de Saúde do Estado do Paraná e também pela visão de futuro que colocava em suas obras e realizações. Em Londrina não se cansava de repetir uma frase: "A saúde do povo é a suprema lei". Essa é uma frase cunhada pelo Dr. Dalton Paranaíba. Outra: "O mosquito não é federal, não é estadual, não é municipal", em uma discussão, quando não existia integração entre os órgãos do Município, do Estado e da União. Um homem que atuou de forma importante na Associação Médica de Londrina, teve participação fundamental na criação do curso de Medicina da UEL, na implantação do *campus* da Universidade. E Dalton Paranaíba, para quem não se lembra, foi o primeiro Prefeito da história do Brasil a implantar uma unidade de saúde, fora do posto central. Foi a unidade da Vila da Fraternidade em Londrina, juntamente com a UEL. Esse modelo hoje de atenção primária com unidades de saúde e com postos de saúde o pioneirismo ocorreu em Londrina exatamente na Universidade Estadual de Londrina, com a participação do Prefeito Dalton Paranaíba e a nossa querida UEL. Então, Srs. Deputados... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** V. Exa. tem o tempo para concluir. Fique à vontade.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Sr. Presidente, é em respeito a esse grande cidadão...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** V. Exa. tem o horário do PPS.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Só queria solicitar a V. Exa., em respeito a esse grande cidadão de Londrina e do Paraná, um minuto de silêncio.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Peço aos Srs. Deputados e aos presentes que mantenham um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-Prefeito de Londrina, Dalton Paranaíba. (Faz-se um minuto de silêncio) V. Exa. tem a palavra.

**DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PPS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou aproveitar agora o tempo da Liderança do PPS para abordar outro assunto, um assunto da área da saúde. Hoje não vou falar sobre a questão do estrangulamento dos prontos-socorros, das UTIs, nem as dificuldades das clínicas especializadas. Vou falar sobre um assunto que hoje é muito discutido na área médica por especialistas, por generalistas, por médicos de família, pelos geriatras. É que estou apresentando um projeto de lei para incluir na rotina do dia a dia das unidades de saúde, as unidades do Estado: a dosagem de vitamina D. O século XXI, todos dizem que ia ser o século das doenças psiquiátricas. E na verdade isso em parte é verdadeiro, o stress, a ansiedade, a depressão, isso realmente ocorre. Mas existe neste século XXI uma epidemia silenciosa - e diria mais, é mais do que uma epidemia, é uma pandemia, porque afeta crianças, afeta jovens, adultos, pessoas idosas, afeta a todos. É a deficiência de vitamina D. Sabemos que isso ocorre pelos hábitos modernos, pelas pessoas que alteraram seus hábitos. Há 40, 50 anos, as pessoas viviam praticamente no campo, a exposição ao sol era uma exposição grande e aí ativava a vitamina D. Hoje as pessoas se expõem menos, vivem na cidade, os hábitos mudaram e cerca de 70% da população tem deficiência de vitamina D. Aparentemente ela não traz nenhum sintoma, mas seguramente se as pessoas viverem 10, 20, 30 anos com deficiência de vitamina D, vão ter consequências extraordinárias: ela acelera o envelhecimento dos órgãos e dos tecidos e ela predispõe a uma série de doenças. Olha, eu disse, aqui, ela acelera o envelhecimento de órgãos e tecidos. Hoje, na Medicina moderna, tem saído muitos artigos, principalmente nos últimos cinco anos, que a Medicina está perto de descobrir o relógio biológico das pessoas, significaria o da juventude. E parece que a vitamina D é o caminho. Então, hoje é uma unanimidade praticamente entre os especialistas a questão: se você não repuser a vitamina D para as pessoas, ao longo do tempo além de acelerar o envelhecimento vai predispor Alzheimer, câncer de diversos órgãos: de mama, de próstata, vai ter alterações no coração, osteoporose, acelera a osteoporose. Então, é fundamental a reposição de vitamina D e vou tentar explicar rapidamente por que nós, que não tomamos sol, ou tomamos pouco sol, temos falta de vitamina D. A vitamina D, com os alimentos que absorvemos, são moléculas de vitamina D. E a vitamina D, ela se junta no organismo e forma duas moléculas chamadas vitamina D2 que, sozinha, não é ativa e não serve para nada. Para ser ativa e para ir nos receptores dos órgãos, precisa juntar a uma terceira molécula para chamar vitamina D3. Como é que é feito isso? Quando a pessoa se expõe ao sol, pela pele é mandado um estímulo para o rim, que produz um pré-hormônio. E esse pré-hormônio seria a cola que o organismo precisa para formar o D3. E aí que ela é ativa, e aí que ela age. Hoje já se conhece mais de 200 receptores para a vitamina D. Eu tenho certeza que se aqui, nós Deputados, quem não está fazendo reposição de vitamina D, fizer o exame, acho que vamos ter um percentual maior do que a população em geral. Eu diria que talvez aqui seja de 80 a 90%, por que usamos paléto, usamos gravata e assim por diante. Então, é uma outra coisa, Deputado Cheida, que é da área, Dr. Batista, a vitamina D não é vitamina, na verdade, ela foi chamada de vitamina há mais de 100 anos, então o nome ficou já universalizado. A vitamina D, na verdade, é um hormônio, é o colecalciferol. Por isso que muitos chamam de hormônio da juventude. Então, estou fazendo essa colocação, porque hoje esse é um exame importante, como fazer o PSA, como fazer a mamografia, como fazer o papanicolau, como fazer a glicemia, o exame para o colesterol, fundamental é fazer o exame, a detecção do

nível sérico da vitamina D. Por isso que estou colocando um projeto para circular hoje e, esse projeto é para se incluir na rotina de todas as unidades, junto com os exames rotineiros, mais esse exame, a detecção de vitamina D. E o médico vai saber orientar e repor, se for o caso. Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Enio Verri. **DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputadas, pública aqui presente. No decorrer do processo eleitoral vários temas em debate, o que é normal e é da democracia, sem dúvida nenhuma, o debate mais candente e o debate da saúde, sobre o futuro da saúde, sobre o que você vai fazer com a saúde pública. Particularmente, vejo uma solução muito difícil desse tema em um País que tem saúde pública e saúde privada. Por que a medida que a saúde pública for mais eficiente, mais pessoas deixarão de utilizar a saúde privada e irão utilizar a saúde pública. Por isso temos um buraco sem fim na saúde e acredito que a solução seja como na Inglaterra, no Canadá, em outros Países desenvolvidos do mundo, a saúde pública só, a defesa da saúde universal. Mas, o tema que me traz aqui é que quando há alguns equívocos sobre o papel do Estado, nas promessas que faz e naquilo que cumpre, quem mais sofre é a saúde pública. O Dr. Tercílio, muito bem fez uma intervenção aqui, um homem especialista na saúde, um médico, o Dr. Batista. E uma coisa que tem me preocupado há algum tempo, tenho sido procurado por militantes sindicais da área da saúde, mas também por proprietários de hospitais da área da saúde, dizendo o seguinte: "Deputado, não estamos recebendo do Governo do Estado o convênio que nós temos! O Hospus tem sido resultado de muita propaganda, sai na televisão, sai em todo lugar, mas o Estado não está pagando!" Confesso que quando recebi essas denúncias, a primeira coisa que cube a mim, como a qualquer outro Parlamentar, é dizer o seguinte: tem provas? Tragam-me as provas que fui ao Plenário e irei denunciar, porque, afinal de contas, a dificuldade hoje é tão grande, fala-se tanto em saúde pública, que não acredito que o Governo do Estado, que fala tanto sobre isso, não honre os seus compromissos e não pague os hospitais conveniados ao Hospus. Cheguei a ver, recentemente, um documento, esse documento é do Hospital Santa Rita, da minha cidade de Maringá, aonde a direção do Hospital reclamava, em uma correspondência enviada ao Secretário de Estado da Saúde, dizendo que não recebia desde dezembro os recursos que cabiam ao Governo Estadual para pagar ao Hospital Santa Rita. Como não consegui contato com a diretoria do hospital e não sei se o Governo do Estado já pagou, apenas alerto que vi essa correspondência. E até aquela data, quando vi, o Estado já estava há mais de quatro meses devendo para o Hospital Santa Rita. Mas, o fato que mais me chamou a atenção, porque agora é provado e, portanto, me sinto à vontade para fazer uma denúncia muito séria, foi um fato que ocorreu em Laranjeiras do Sul. A UTI, a Unidade de Terapia Intensiva do Instituto São José, de Laranjeiras do Sul, fechou no início do mês. E ela fechou devido ao atraso do repasse do Governo Estadual. Para que V. Exas. possam ver, o diretor do hospital, no início deste mês de agosto, foi à Câmara de Vereadores e fez um pedido público de apoio à Câmara de Vereadores, ao Prefeito da Cidade, para que ajudasse, visto que a UTI, ainda jovem, de quatro meses apenas, estava já com um crédito junto ao Governo Estadual de R\$280 mil e não havia recebido nenhum real do Governo do Estado. Vejam só, uma região que há muito tempo demandava e sonhava pela UTI, a UTI onde denúncias e denúncias são feitas que falta esse equipamento que é determinante para salvar vidas de pessoas, foi fechada. E a grande questão, que uma dívida de R\$280 mil apenas, apenas. Fico muito triste que isso está ocorrendo e dentro desse cenário é que estamos apresentando um pedido de informações a esta Casa, que peço o apoio a V. Exas., onde perguntamos: qual é o valor devido, de fato, a esse instituto, ao Instituto São José? Há quanto tempo isso acontece? E se há a perspectiva para a revalorização dessa situação, e principalmente, quantos hospitais do Estado passam por esse mesmo drama? Porque isso aqui é um fato concreto e só confirma as várias denúncias que temos recebido, o Governo do Estado, que o ano passado não atingiu o mínimo constitucional de 12%, este ano continua não atingindo. E, ainda mais, não consegue nem pagar os hospitais com ele conveniados... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** V. Exa. tem o tempo para concluir.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Obrigado, Sr. Presidente. Inclusive não honrando nem os convênios que tem feito, que como no caso do Instituto São José, de Laranjeiras do Sul, não paga esse hospital há quatro meses, causando grandes malefícios a toda população daquela região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Deputado Tadeu. Deputado Elio Rusch, V. Exa. poderia presidir a Sessão, na ausência dos Vice-Presidentes, acho que não tem, eu preciso... Ah, está aqui o Deputado Luersen. Por favor, Deputado Luersen.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje encerrou, na parte da manhã, pelo menos formalmente, tivemos o encerramento de uma das rebeliões mais violentas dos últimos anos nas penitenciárias do Estado do Paraná. A Penitenciária de Cascavel, que foi palco, desde o último domingo, de uma rebelião onde cinco pessoas foram mortas, dois presos foram decapitados, cerca de 15 estão feridos e alguns gravemente feridos. Entre eles, não com ferimentos graves, mas estão feridos, também, agentes penitenciários. Uma situação que desde algum tempo vem sendo alertada ao Governo do Estado e não deste ano, sobre a gravidade da situação. Deputado Elio. Uma situação que não iniciou neste governo. Sempre tenho dito isto. Não iniciou neste governo. Dados do Governador Carlos Alberto, quando assumiu, em sua campanha eleitoral, fazia questão de dizer que o término do seu governo não teríamos mais nenhum preso em cadeias. Todos eles estariam nas penitenciárias que seriam construídas pelo Governador Carlos Alberto Richa. A realidade, infelizmente, é outra. Continuamos tendo cerca de 7 mil presos em cadeias. E não adianta dizer que o número é bem menor do que os 12, 13, 14 mil que havia, que é de fato menos. Mas, 7 mil ainda é muita gente! E continuamos não tendo uma única penitenciária nova. Não sei se o Governador equívocou-se quanto ao prazo do seu mandato. Mas, a verdade, Deputado Enio, é que em três anos e oito meses, não temos uma única cela construída neste governo. E, nisto, o Deputado Romanelli, que foi Líder do Governador Roberto Requião aqui, sabe, o Governador Requião fez penitenciárias durante o período não em número suficiente, até porque na Comissão de Direitos Humanos nós temos um questionamento quanto à grande quantidade de pessoas que foram presas durante os oito anos do Governo Roberto Requião e que aumentou muito o número de pessoas presas. Mas, construiu, construiu presídios. Neste governo não há um único presídio construído. E não é por falta dos recursos do Governo Federal, que foram disponibilizados desde o ano passado. A razão, nós desconhecemos. Não é por falta de empenho da Secretária Maria Tereza Wille Gomes. Porque acho



que se empenhou, durante todo este tempo, para obter recursos. Coisa que não obteve, e que muitas vezes foi colocado em segundo plano, pelo governo. E não é, principalmente, por falta de aviso. Por diversas vezes usamos esta tribuna para fazer alerta ao governo sobre a situação das penitenciárias do Estado do Paraná. Deputado Gilberto, sobre o que acontece na Penitenciária Central do Estado, sobre o que acontece na PEP I e na PEP II. Aliás, inclusive, onde uma unidade está praticamente boa parte do Comando, do PCC, e que o governo teima em negar que o PCC existe no Paraná. Não sei o que existe, então. Sobre a situação da Penitenciária Estadual de Londrina, fizemos formalmente e apresentamos nesta Casa, e de posse desta apresentação e provas, levamos ao Ministério Público as denúncias sobre o abuso na entrega da alimentação estragada, de alimentação abaixo do peso contratado, que o Estado estava pagando e sempre fizemos questão de ressaltar que o Estado estava pagando muito mais do que era recebido, porque os presos, na verdade, e as presas, hoje se alimentam, na sua grande maioria, não por aquilo que é contratado pelo Governo do Estado, com a Risotolândia, com a Bom Degusty, com a Verde Mar. Mas, sim, pelas sacolas que são levadas - e o Deputado Gilberto é um Deputado que tem acompanhado isto, porque seu programa sempre fez menção a estas situações - alertamos, aqui, levamos ao Ministério Público, tivemos oportunidade de conversar com promotores, inclusive do Itacolme. E a situação continua exatamente a mesma... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Luersen - PDT):** V. Exa. tem o tempo da Liderança do seu Partido.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Obrigado, Sr. Presidente. Não foi por falta de alerta que tínhamos, com a falta da Defensoria Pública, um barril de pólvora instalado em todas as penitenciárias e nas delegacias do Estado do Paraná. Cascavel teve dois mortos decapitados e mais cinco pessoas, três pessoas que morreram e, aliás, cheguei às mãos aqui que a Defensoria de Cascavel diz que há presos desaparecidos no presídio - não significa que foram mortos, podem ter fugidos - mas que há presos também que já tinham pena cumprida e que foram soltos agora e aí fica a pergunta: como que presos com a pena já cumprida continuam presos? Deputado Enio, o que mais me choca em todo este processo é que tivemos em Pinhais mortes de funcionários, policiais baleados, morte de funcionários na cadeia de Colombo, tivemos em outras unidades do Interior do Estado e o Governador Carlos Alberto diz, choca-me a declaração do Governador Carlos Alberto: "Rebelião em Cascavel nos pegou de surpresa." Mas em que mundo vive o Governador? No mundo do kart? No mundo do surf? No mundo do helicóptero? Porque é impossível o Governador dizer que a rebelião em Cascavel nos pegou de surpresa, porque se o Governador - e aqui fica o nosso reconhecimento ao esforço que faz a Seju para resolver esses problemas - se o Governador consultasse a sua Secretária, se consultasse o Dr. Paredes, se consultasse o Sindarspen, o Sindicato dos Agentes Penitenciários, que tem alertado que muitas vezes não tem sequer condições de comprar o seu uniforme, coisa que eles fazem, que o Estado não está disponibilizando, que estão com um número menor, haja vista agora a rebelião, com 1 mil e 65 presos, havia dez, segundo o Dr. Paredes, 15 agentes penitenciários em toda a unidade prisional. Diz o Governador que ficou surpreso porque acha que é uma briga entre facções. Governador Carlos Alberto, pelo amor de Deus, pega o Diário Oficial nº 9.205, o seu Diário, e veja que há um processo por agressão a preso em Guarapuava; o mesmo no Diário Oficial nº 9.225, agressão a preso em Guarapuava; o mesmo com o Diário Oficial que faz menção, no dia 25 de junho, à agressão a presos em 20 de setembro de 2013 e 26 de maio de 2013 em Cruzeiro do Oeste; o mesmo no Diário Oficial 9.250, de 18 de julho, com agressão a presos em Cascavel e Londrina; o Diário Oficial nº 9.253, de 23 de julho, que traz óbito de preso por overdose; o Diário Oficial nº 9.262, o mesmo Diário Oficial que traz o seu Veto à Defensoria Pública, o mesmo, que o senhor vetou os 180 milhões da Defensoria Pública, traz óbito de preso na PCE - se o senhor tiver dificuldade procure Prontuário nº 4.282; o Diário Oficial que traz também agressão em Cascavel e agressão na PEL, a Penitenciária Estadual de Londrina; procure o Diário Oficial nº 9.273, de 18 de agosto, e o senhor verá que há um processo contra a Risotolândia por alimentação servida de forma absolutamente diferente daquilo que foi contratado; procure o Diário Oficial nº 9.421 e o senhor verá que há uma denúncia feita pelo Ministério Público do Nova Esperança contra a Bom Degusty; procure o Diário Oficial nº 9.252, de 22 de julho de 2014, e o senhor verá que há um processo administrativo contra a Verde Mar Alimentação; procure no Diário Oficial a dificuldade que está sendo para contratar 5 mil 206 tornezeleiras a um preço de R\$5 milhões, porque não há recursos - isto significaria retirar 5 mil presos do sistema. Ora, Governador, se o senhor está surpreso, nós não estamos, estamos surpresos com a sua declaração, estamos surpresos com a sua surpresa. Acho, e não queremos fazer disto. Deputado Ademir Traiano, um debate eleitoral porque não é o caso, mas não dá para dizer que está surpreso, tanto que eu não quis vir ontem à tribuna para falar sobre isto porque temos que ter serenidade e aguardarmos que esta solução não seja olhada por um viés de uma disputa que está acontecendo, que não é só o Paraná, é o Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, mas nenhum Governador diz que ficou surpreso. Não vejo. Deputados, o Governador Geraldo Alekmin, que é do mesmo PSDB, dizer que está surpreso porque o PCC deflagrou uma grande operação em São Paulo para combater a polícia, não vejo? Não vejo o Governador de Minas. Anastasia, se eu não estiver enganado é esse o nome, dizer que está surpreso quando ocorrem situações similares em Minas Gerais. Não vejo o Governador de Santa Catarina dizer que ficou surpreso por ações com comandos tocando fogo em ônibus. Aliás, fez o contrário, pediu auxílio da Força Nacional. Agora vejo o Governador do Paraná dizer que ficou surpreso porque não esperava. Então, o senhor pega relatório da Comissão de Direitos Humanos da OAB. O senhor pega o relatório da comissão instalada pela Seju, que acompanha os presídios, e o senhor verá que lá está escrito que na última visitação feita na PCE e na PEP I, Penitenciária Estadual de Piraquara I, as condições são absolutamente preocupantes. O senhor verá que o scanner que era para ser comprado há dois anos, o scanner corporal para evitar que as mulheres, mães, filhas, irmãs, as mulheres dos presos tenham que se submeter à situação vexatória de ficar dando pulos em frente das pessoas que fazem visitação, porque elas têm que fazer isso. E aqui entendo que o papel do agente e da agente penitenciária é exatamente esse, porque não há o scanner corporal, que talvez seja muito caro para comprar um? Procure saber, Governador, quais são as condições das pessoas que visitam os seus familiares no Complexo de Piraquara e que tem um balação com dois, dois, Srs. Deputados, banheiros químicos, para receber pessoas que vêm às 4h da manhã para fazer visitas a presos. Não estamos, antes que algum apressado ou alguma apressada, não estamos defendendo que preso tem que ter vida boa, tem que ter televisão, rádio, cinema, piscina, não. Estamos defendendo a vida do agente penitenciário, a vida do preso, a vida da sociedade, a vida do policial, que são

esses que são atingidos. Não é o Governador. O Governador tem o seu helicóptero. O Governador tem seu carro blindado. O Governador tem a sua família protegida, e tem que ser assim, como tem o Governador, tem o Presidente. Agora, a população não tem. E não ignore, não ignore que o Primeiro Comando da Capital está, sim, nos presídios. Que o 1533 que é colocado lá não é propaganda. E o senhor sabe disso, Governador! O senhor sabe disso! O senhor sabe que os agentes penitenciários, em que pese reconhecemos o seu esforço de ter contratado 400 agentes, mas o senhor sabe que é insuficiente o número de agentes. O senhor sabe que o senhor não construiu um único presídio novo, Governador Carlos Alberto Richa. O senhor sabe disso! O senhor sabe que a alimentação servida não é de hoje. Mas o senhor sabe que no seu governo a alimentação servida continua sendo servida podre. E que pessoas de dentro do presídio têm dito isso ao senhor, tem dito isso a Dra. Maria Tereza! O senhor sabe que os policiais que dão a vida, dão a vida para manter esse barril de pólvora sob controle estão todos os dias no limite. Que os agentes têm hoje, talvez, o maior grau de doenças de toda ordem, Deputado Elton. Não é só depressão, é alcoolismo, são doenças vinculadas à psicopatologia, ao uso abusivo de álcool, porque a tensão vivida dentro desses ambientes é insuportável. E qual o mecanismo que temos, entre tantos, mas que temos insistido? Ter uma Defensoria Pública eficiente. Quando o senhor, de forma correta - e nós aqui reconhecemos - fez a lei para termos a Defensoria Pública, tivemos a exoneração de 220 auxiliares de defensores públicos que agiam dentro das cadeias. Hoje não temos mais ninguém! Hoje não temos mais ninguém! Então, é preciso - não quero aqui responsabilizar exclusivamente o Governador Carlos Alberto Richa, porque não seria correto - mas o Governador, que é o mandatário maior do nosso Estado, não pode dizer que foi pegado de surpresa! Como não poderia, se acontecesse coisa semelhante, a Presidente Dilma dizer que foi pega de surpresa! Ora, o Governador tem o controle, com o nome de todas as pessoas que estão dentro do sistema prisional, com o tempo de pena! Sabe disso! E se não sabe, que desça alguns andares e encontre a Dra. Maria Tereza, que ela vai lhe mostrar. Agora... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para concluir.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Para concluir, Sr. Presidente. Pelo amor de Deus, Governador. Leia o Diário Oficial, peça para a Dra. Maria Tereza, faça a lição de casa, ou teremos situações como essa muito mais graves, e aí não haverá mais surpresas; infelizmente haverá apenas uma rotina de tragédia em nosso Estado! Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que nos visitam e aqueles que nos acompanham pela TV, pelo rádio, pela internet, quero cumprimentá-los e lamentar esse episódio de horror em Cascavel, que deixou cinco mortos, dezenas de feridos, reféns foram feitos, vários agentes penitenciários foram feitos reféns. Lamentar e solicitar urgência na votação de uma PEC, Deputado Tadeu Veneri, que apresentamos aqui na primeira Sessão deste ano, PEC nº 1/2014, que propõe um novo sistema penal, um novo sistema prisional para o Estado do Paraná, criando a carreira e o cargo de Agente Penitenciário, criando as condições para que o preso estude, trabalhe, cumpra sua pena podendo redzi-la, como a lei permite quando se estuda, quando se trabalha, Deputado Pastor Edson Praczyk. Nos países, nos Estados, e aqui no próprio Estado do Paraná, temos bons exemplos. Quando se estuda e se trabalha em algumas das nossas penitenciárias se sai e não volta ao crime, em torno de 90% não retornam ao crime; o índice de retorno ao crime é muito baixo, tem países que é menos de 5% o retorno ao crime. Portanto, temos uma proposta importante tramitando aqui na Casa; apresentei depois de debater exaustivamente durante um ano inteiro, durante o ano passado, com os Agentes Penitenciários, com estudiosos desse tema, formulamos a proposta, recolhemos aqui mais de 20 assinaturas, protocolamos na primeira Sessão deste ano, com o objetivo de contribuímos para que rebeldies como essa, aliás, como as 18 que aconteceram em um ano no Estado do Paraná, possam ser evitadas, e que aquele e aquela que comete crime, que está sob custódia do Estado, cumpra sua pena e seja devolvido para a sociedade o quanto antes, em condição de viver dignamente, com profissão, retornando ao seio da sua família, retornando às suas comunidades e não se envolvendo mais com o mundo do crime. É possível. Temos exemplos bons no mundo, aqui no Brasil, e temos exemplos no Paraná. Acompanhamos os Agentes Penitenciários que reclamam que são poucos Agentes no Estado do Paraná. Estavam lá nove Agentes Penitenciários para cuidarem de 1 mil e 40 presos, em Cascavel, no momento em que estourou a rebelião. É humanamente impossível! Falta tudo! Falta, inclusive, algemas. Deputado Elton Welter, nas nossas penitenciárias! Isso chegou a um ponto que o Paraná foi visto pelo mundo, e a nossa cidade de Cascavel, como cena de horror! Presos sendo lançados, cinco foram lançados de uma altura de 15 metros, dois morreram imediatamente e dois foram decapitados e suas cabeças exibidas ao mundo. Então, isso precisa parar! Nós podemos, sim, aqui na Assembleia, modificar a Constituição do Estado do Paraná com essa Proposta de Emenda Constitucional de minha autoria, que é a PEC 01/2014, oferecendo um novo sistema prisional no Estado do Paraná, respeitando o preso e fazendo-o respeitar o Estado e o... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para concluir.

**DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):** Para concluir, Sr. Presidente. Respeitando o preso que cumpre pena, fazendo com que ele respeite a sociedade paranaense e respeitando os trabalhadores que lá estão como Agentes Penitenciários, que precisam de carreira, de cargo, precisam de condições adequadas, e tem que ter um número maior de agentes também. Sr. Presidente, Sr. Governador do Estado do Paraná.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Cheida, V. Exa. tem cinco minutos.

**DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB):** Sr. Presidente, nobres Pares, Londrina e o Paraná perderam Dalton Fonseca Paranaçu, Prefeito de Londrina de 1969 a 1972, quando ganhou do ex-Deputado Olívio Gabardo, de virada, em uma eleição praticamente perdida; estava em último lugar e de repente se reinventou, recém-chegado na cidade de Londrina, pode-se dizer assim, e ganhou as eleições. Dalton Paranaçu foi Secretário da Saúde do Estado do Paraná, em uma gestão brilhante, na gestão de Paulo Pimentel. Mas, antes de mais nada, esse médico, um exímio cirurgião, era um político nato, daqueles que raramente encontramos na vida. As vezes fico tentando entender como é que uma pessoa, Pastor Gilson, consegue ter na sua natureza tanta facilidade de fazer algumas coisas. O Dr. Dalton Paranaçu era uma dessas pessoas, mais ou menos como aquele menino que está na beira do campo, vendo todo mundo jogar bola, e jogar bem, ele nunca jogou e de repente a bola pinga perto dele, ele pega a bola e sai fazendo malabarismos,

jogando melhor do que qualquer um que estava ali em campo, e ele nunca jogou. É uma coisa inata, própria dele, de dentro da pessoa, e ele fazia política dessa maneira, com simplicidade, mas com grandes resultados. Quando fui Prefeito de Londrina, diversas vezes ele me visitou, eu médico, ele médico, Dr. Terebilo, ia lá apenas pelo prazer de conversar com o Prefeito, levar ideias, ideias simples, que sem dúvida eram carregadas de significância para a cidade de Londrina. Por isso, todos estamos em luto. O Dalton, posso até dizer - e consultava o nosso decano Waldir Pugliesi, ali, há pouco - pode-se dizer que deixou uma eleição ganha para o Senado, quando desistiu de disputar e abriu a possibilidade de Leite Chaves se eleger em 1974, pelo PMDB. Senador da República. Nunca mais o Dalton fez política do ponto de vista de disputar eleições, mas fazia política no seu dia a dia. E nós, que somos políticos do Paraná, precisamos, sem dúvida nenhuma, no resgate da memória de pessoas como ele, fazer as nossas reflexões. Quando a política hoje está criminalizada, os políticos às vezes hostilizados, quase que hoje pedir voto é um exercício às vezes de até risco, quando não de humilhação, ele, sem dúvida nenhuma, dava exemplos do lado oposto. E temos que, claro, nos reinventar, repensarmos a prática cotidiana para trabalharmos em sintonia com a população, que é a única razão de estarmos aqui. A única razão de sermos é o povo, não tem outra. Estamos aqui, afinal, e sempre temos que nos lembrar, não para resolver os nossos problemas, para fazermos negócio: estamos aqui para representar a vontade sagrada do povo, e quando se vai um político desse quilate, é realmente uma perda muito grande para todos nós. A família enlutada de Danton Fonseca Paranaíba os meus sinceros votos de pesar. Londrina perdeu Dalton; o céu, por certo, ganhou uma alma generosa, feliz, cordata e sobretudo iluminada. Que Deus o tenha no seu devido lugar. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Gilson.

**GRANDE EXPEDIENTE:** (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Deputado Gilson de Souza.

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, todos aqueles que nos assistem através da TV Sinal, colegas de imprensa, o que me traz nesta tarde a fazer uso desta tribuna é algo que me chamou muito a atenção, me trouxe preocupações a respeito de uma matéria da colunista Mônica Bergamo, em 12 de agosto na *Folha de São Paulo*, que diz a respeito a uma fala do Secretário do Conad, que é o Conselho Nacional de Políticas Antidrogas, o Sr. Vitor Maximiano, esse senhor é Secretário desse Conselho, e essa matéria trata de uma resolução que ainda está em discussão sobre as clínicas, as casas de recuperação de dependentes químicos, dependentes de álcool e outras drogas, e me traz preocupação com relação à declaração desse Secretário, é que de certa forma está procurando impedir com que a fé, a religião, Deus, esses recursos, essas ferramentas sejam empregadas nas casas de recuperação para recuperação de drogados, e também proibindo que esses internos, os dependentes, venham também a trabalhar na própria clínica onde estão em tratamento. Isso me traz muita preocupação, porque temos acompanhado muitas clínicas de recuperação, que eu conheço muito bem a CRENVI, CRAVI, Hermon, conheço o REPAS, grupo que trabalha junto com essas clínicas; conheço o trabalho que as Igrejas têm feito para recuperação de drogados, e o cenário que vivemos é muito preocupante. Acabei de ouvir o pronunciamento, muito atento, do Deputado Tadeu Veneri, falando a respeito da situação lá de Cascavel, e também o Professor Lemos, o caos que está lá, que culminou em mortes e que ocupou o espaço na imprensa mundial. E vimos os presídios cheios, superlotados, com tratamento desumano, e por outro lado as clínicas, as Igrejas, não somente Evangélicas, mas Católicas, Espíritas, outras que estão querendo ajudar o ser humano, querendo dar a sua colaboração, e de repente vejo uma declaração dessa, esta resolução que vem barrar essas clínicas de exercer a fé. Muitos podem não crer, e como de fato o Estado é laico, mas o Estado não é ateu, ele respeita a fé das pessoas, ele deve respeitar a fé das pessoas, ele deve respeitar o direito das pessoas professarem a fé e pregarem aquilo que acreditam. Estamos vendo, quantas pessoas estão nas ruas, quantas pessoas estão no esgoto, sofrendo, vítimas do crack, vítimas do álcool, e a meu ver essa é uma batalha que parece uma batalha perdida. Há uma CPI instalada aqui nesta Casa, que é a CPI da Psiquiatria, e numa das perguntas que eu fiz a um dos representantes dessas clínicas, e falando dessas pessoas que estão nas ruas, e que muitos leitos foram fechados e não conseguem abrigar essas pessoas que são dependentes do álcool e de drogas, de repente dificultando o trabalho das clínicas terapêuticas. Que bom seria se vivêssemos num mundo diferente e pudéssemos dar aos dependentes químicos instalações melhores, com azulejos, com ar-condicionado, chuveiros quentes, com bom espaço. Que bom seria! Que bom seria se pudéssemos ter um psicólogo para cada interno. Mas essa não é a realidade! Vivemos num tempo onde as pessoas estão jogadas nas ruas e são tiradas da rua para ir a um presídio, e um presídio que não recupera ninguém, um presídio com tratamento desumano, e as Igrejas Evangélicas, Espíritas, Católicas e outros que querem cooperar, me parece que esse Sr. Maximiano não entende muito disso. Talvez muitos não acreditem, mas acredito na fé e acredito no poder transformador do Evangelho. Eu poderia encher aqui essas galerias juntamente com os amigos, Pastor Edson Praczyk, cuja Igreja faz um trabalho muito bonito nesta área também; Quantas pessoas foram recuperadas das drogas através da fé...

**Deputado Felipe Lucas (PPS):** Permita-me um aparte?

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** Logo na sequência, Deputado. Através da fé, pessoas que não estão à busca de um lugar muito tranquilo, confortável, mas pessoas, adolescentes, jovens, que precisam de amor, que precisam de abraço, que precisam de esperança, e as Igrejas estão oferecendo isso! Estão dando o abraço! E quanto isso custa aos cofres do Governo? Nenhum tostão! E, de repente, o senhor, esse Secretário do Conad me parece que não tem esse conhecimento, de repente propõe que a fé, a religião não seja aplicada nas clínicas terapêuticas. Lembrando, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, famílias paranaenses, que as pessoas entram numa clínica de livre e espontânea vontade, e não são obrigadas a ficar lá; elas podem sair a qualquer momento! Então, vai aqui a minha palavra de indignação. Na verdade é uma resolução que está em estudo, mas nessa declaração, me parece que nas próximas semanas ela será editada. Concedo aparte ao nobre Deputado.

**Deputado Felipe Lucas (PPS):** Deputado Gilson, quero parabenizar pela sua fala, o seu pronunciamento, e dizer que é muito elogiável, quando o senhor citou que toda a sociedade, todas as religiões cristãs devem participar e ajudar para que haja uma melhora nessa condição. Tenho também uma preocupação muito grande hoje, quando vejo que alguns setores, principalmente fazendo parte da CPI da Psiquiatria, onde vemos leitos fechados no Estado, vemos leitos no Brasil sendo fechados, de forma que já não deu certo em outros países como Itália, como a Alemanha, como os Estados Unidos, e voltaram atrás. Portanto, o Brasil precisa, de toda forma, tomar um juízo, principalmente tomar um juízo nessa

questão da psiquiatria, onde tirariam pessoas da rua, evitando crimes, evitando outras questões, de serem presos, evitando mortes. Portanto, é muito bom o seu pronunciamento, concordo plenamente, e acho que todos nós devemos concordar e dizer que todos os legisladores e Parlamentares devem fazer um esforço para que se melhore. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** Muito obrigado, Deputado Felipe Lucas, pelo seu aparte. Quero dizer a toda família paranaense: esta é uma guerra que parece que estamos perdendo, e não estou aqui, de forma alguma, dizendo que o tratamento psicológico, psiquiátrico, os profissionais da área da saúde, os seus trabalhos não são importantes, mas creio que podemos unir tudo isso ao trabalho da saúde, dos médicos, dos psicólogos, dos assistentes sociais, mas também a fé. Conheço muitas pessoas que estavam jogadas nas ruas. Na semana retrasada encontrei um senhor, um advogado, que perdeu a esposa, perdeu os filhos, e estava na rua, no crack, e tive a alegria de encontrá-lo, juntamente com a sua família novamente, totalmente recuperado! E vou dizer a vocês: ele não precisou de nenhum medicamento, nenhum tostão custou aos cofres públicos, e ele está recuperado e está contribuindo com o seu trabalho para a sociedade! Então, essa é uma luta que não pode parar, e devemos todos nos unir. Estamos vendo as dificuldades das clínicas terapêuticas, onde as exigências são grandes, são altas exigências, e muitos estão tendo que fechá-las. Entendo que o ideal seria, sem dúvida, ter um tratamento muito melhor do que está, com colchões, instalações, chuveiros, banheiros, mas entre a pessoa estar na rua, jogada no chão, jogada no esgoto, e, de repente, receber o amparo num ambiente que, de repente, não é tão confortável, acho que é uma questão de bom senso, e precisamos unir as nossas forças nessa grande batalha. Boa parte das Igrejas tem os seus espaços ociosos durante os dias; só na minha denominação são mais de 900 igrejas, e por várias vezes eu ofereci... (É retirado o som.)

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para concluir.

**DEPUTADO GILSON DE SOUZA (PSC):** ...Por várias vezes, juntamente com outros Pastores, oferecemos esses espaços para podermos ajudar as pessoas que precisam. Parece-me que não houve nenhum interesse, não fui procurado; simplesmente ignorado. E nessa luta, aqui nesta Casa, em defesa da família, em defesa daqueles que estão jogados nas ruas, nesta luta de combate às drogas, me parece que é uma batalha vencida; mas estou aqui como Parlamentar nesta Casa, fazendo o pronunciamento e pedindo para que tenham bom senso e que todos possamos nos unir nesta grande luta, nesta batalha que não podemos perder. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, família paranaense.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Consulte o Deputado Traiano se fará uso da palavra? Não havendo mais oradores inscritos, pedimos para zerar o painel. O último orador, Deputado Traiano.

**HORÁRIO DAS LIDERANÇAS:** (Manifestação sem revisão do orador.) Usou da palavra o Deputado Ademar Traiano.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de algum tempo longe da tribuna, volto novamente para falar aos paranaenses, e principalmente para deixar claros aqui alguns questionamentos levantados pelo Deputado Enio Verri. Acho importante que quando o orador vem à tribuna tome conhecimento pleno daquilo que vai afirmar em relação ao tema. O devido respeito ao Deputado Enio Verri, acredito que ele não tenha conhecimento da situação do Instituto São José, da cidade de Laranjeiras do Sul, porque tudo aquilo que foi dito aqui não procede. Aliás, Sr. Presidente, V. Exa. conhece muito bem o quadro desse Instituto São José, de Laranjeiras do Sul, como outros Parlamentares que aqui estão também têm pleno conhecimento. O que ocorre, e eu já levantei todas as informações, aliás, diga-se de passagem, com propriedade, porque quem era o Chefe da Regional de Saúde de Guarapuava e que atendia Laranjeiras do Sul era meu filho, então posso falar com toda segurança do mundo - falei também com o Secretário da Saúde há pouco - o que ocorre é que esse hospital, o Instituto, lamentavelmente deixa muito a desejar. O Estado não tem nenhuma pendência com o Instituto São José, Deputado Turini, V. Exa. é médico. O que ocorre? Havia sido credenciado, ou administrativamente a Secretaria da Saúde autorizou o funcionamento de uma UTI, e para que se possam efetuar os pagamentos pelo trabalho feito na UTI, há que se ter um médico intensivista. Infelizmente, não vou dizer aqui, até para preservar a imagem do médico, e todos sabem, o proprietário ou diretor desse Instituto sabe as razões do por que teve que afastar o médico intensivista, e até agora ele não encontrou um outro profissional para trabalhar na UTI do Instituto São José. O que ocorre? Até julho, nenhuma pendência do Estado havia com o Instituto São José. Tudo estava pago. Como tinha três pacientes na UTI, e ela só foi fechada a partir do momento em que os três pacientes tivessem alta, os três pacientes tiveram alta no final de julho, e o encaminhamento para o pagamento das despesas desses pacientes é um procedimento administrativo, que demora aproximadamente 60 dias para efetuar o pagamento. Então, a única pendência é essa, mas por uma falha do próprio Instituto São José, e não pela deficiência do Governo do Estado do Paraná. Aliás, Srs. Deputados e paranaenses, o HOSPSUS, mesmo sem...

**Deputado Valdir Rossoni (PSDB):** Deputado Traiano.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Já lhe concedo, Deputado Rossoni. Mesmo sem ter a estrutura necessária, o Estado vinha pagando também os recursos para a subsistência desse Instituto, através do HOSPSUS. Então, na sequência, vou fazer a minha conclusão e vou conceder o aparte ao Deputado Rossoni, que conhece muito bem esse quadro, porque, aliás, foi o Deputado Rossoni quem viabilizou o funcionamento dessa UTI na cidade de Laranjeiras do Sul.

**Deputado Valdir Rossoni (PSDB):** Deputado Traiano, o que V. Exa. está falando é verdade, não há atraso, me desculpe o Deputado Enio Verri, foi induzido a erro. Na verdade, quem viabilizou essa UTI foi a própria Secretaria da Saúde, que deu todos os equipamentos. Aí, era de responsabilidade do hospital prestar serviços para a saúde pública, mediante pagamento dos serviços prestados. O hospital é excelente, mas, na verdade, ele não está prestando serviços. Não há como pagar por serviços não prestados. E por que o hospital não está prestando serviços? Não está prestando serviços porque não tem o médico que V. Exa. falou. Então, apenas desci da Presidência para dar esta explicação, porque seria importante que funcionasse a UTI, porque Laranjeiras do Sul está ao lado de uma rodovia que também tem muitos acidentes e atende uma região inteira, mas o que precisaria era que o hospital colocasse o médico de plantão para prestar os serviços na UTI, e dentro do limite das necessidades, a Secretaria da Saúde efetuar o pagamento. Agora, se o hospital não presta o serviço, não há como a Secretaria da Saúde fazer os pagamentos. Era isso. Agradeço pelo aparte.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** É verdade, Deputado Rossoni. Por isso seu depoimento é fundamental para esclarecimento, porque é muito fácil



vir à tribuna fazer acusações ao Governo do Estado de que não cumpre com suas obrigações, o que é uma grande inverdade. Temos, sim, algumas pendências, é natural, e elas já foram aqui, por inúmeras vezes, ditas as razões do porque de algumas pendências que o Estado está tendo, e não quero mais me reportar a este tema, desta perseguição do Governo Federal, da queda da receita. Só para que tenhamos conhecimento, o mês de junho, o mês de junho - e aí se fala que o Brasil está bem - a queda da receita no Governo do Estado no mês de junho foi na ordem de R\$ 200 milhões. Duzentos milhões de reais! E o Brasil está em um "mar de rosas", como tentam afirmar aqueles defensores do Governo Federal. Mas, voltando ao tema do Instituto São José, o Deputado Rossoni sabe, o Estado equipou totalmente essa UTI, e é lógico que não há como efetuar o pagamento se não há prestação de serviço, porque é fundamental que tenhamos o médico intensivista. A UTI não é para o médico de qualquer formação, e o Deputado Dr. Batista sabe perfeitamente disso, ele tem que ter a formação específica para prestar serviço dentro da UTI, e aí o hospital, o instituto, ele peca na sua organização. Disse-me o Secretário, agora há pouco, até para que possa ser habilitada na sequência a UTI, porque provisoriamente, administrativamente o Estado vinha pagando, ele tem que buscar o novo intensivista, e aí também recorrer ao Ministério da Saúde para a sua habilitação, em concordância com a Secretaria da Saúde, que dará a palavra final. Então, Srs. Deputados, é bom que tragamos aqui a verdade, porque uma fala desta natureza, usada, quem sabe, na sequência, em um programa eleitoral, pode trazer um prejuízo enorme! Não tenham a menor dúvida de que se faz isto para se valer de pronunciamentos ou de programas eleitorais no futuro! Mas para aqueles que ainda insistem em dizer que o nosso Estado não investe em saúde, quero, para a alegria de todos os paranaenses, dizer o seguinte: estive hoje pela manhã com o Secretário da Fazenda, e agora há pouco o Secretário da Saúde também me confirmou, quando ele vier à Assembleia para prestar as informações do quadrimestre, no mês de setembro, Deputado Dr. Batista, estaremos atingindo o limite, e até além do limite constitucional dos 12% previstos de investimento em saúde. Portanto, tudo aquilo que a Oposição tentou imputar ao nosso Governo, está demonstrado pelas ações que o Governo está fazendo em relação à saúde do nosso Estado do Paraná. Então, Srs. Parlamentares, amigos paranaenses que nos ouvem, para restabelecer a verdade, eu não tinha como não vir a esta tribuna e fazer estas afirmações e trazer estas informações.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Encerrado o horário do Expediente, passamos à Ordem do Dia.

#### ORDEM DO DIA:

Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Manifestações sem revisão dos oradores. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e constantes dos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica. Para cômputo do quórum em votações e em observância aos arts. 59 e 60 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: **Deputados presentes:** Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Cleiton Kiesel (PMDB), Douglas Fabricia (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Enio Verri (PT), Evandro Junior (PSDB), Felipe Lucas (PPS), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Gilson de Souza (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Marla Tureck (PSD), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Osmar Bertoldi (DEM), Paranhos (PSC), Pastor Edison Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rusea Rodrigues (PV), Roberto Aciolli (PV), Rose "Litro" (PSDB), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PPS), Terno Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB) (45 Parlamentares); **Deputados ausentes sem justificativa:** Adelino Ribeiro (PSL), Cantora Mara Lima (PSDB), Elton Welter (PT), Hermas Brandão Jr. (PSB), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD, conforme Protocolo nº 4.385/2014, em licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares no período de 19.8.2014 a 7.10.2014) e Toninho Wandscheer (PT) (7 Parlamentares); **Deputados ausentes justificadamente:** Caio Quintana (PMDB, conforme Protocolo nº 4.306/2014, de acordo com o art. 60, § 3º, alínea "a" do Regimento Interno, por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico) e Nelson Garcia (PSDB, conforme Protocolo nº 4.391/2014, de acordo com o art. 60, § 4º do Regimento Interno, abono de uma ausência mensal) (2 Parlamentares).

#### Projetos que necessitam de apoioamento.

**Projetos de Lei:** (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Protocolo nº 4.342/2014 (autuado sob o nº 390/2014)**, do Deputado Tercílio Turini, que dispõe sobre a inclusão da dosagem de vitamina D no rol de exames de rotina solicitados nas Unidades de Saúde do Estado do Paraná; **Protocolo nº 4.343/2014 (autuado sob o nº 391/2014)**, do Deputado Fernando Scanavaca, que dispõe sobre a necessidade de apresentação de selo garantidor para o uso do Gás Natural Veicular, GNV, pelos usuários de veículos automotores, nos postos de combustíveis.

#### Passamos à votação dos itens da pauta.

Há **Requerimento** (protocolado sob o nº 4.396/2014), dos Deputados Ademar Traiano, Líder do Governo, e Elton Welter, Líder da Oposição, solicitando votação em bloco das Proposições nºs 273, 274, 275, 277, 278 e 279/2014, em redação final, da presente Ordem do Dia, Itens 1 a 6. Consulto o Plenário se podemos votar em bloco, por se tratarem de matérias similares. **Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.** Então, estão em redação final os projetos ora mencionados, de autoria do Deputado Caio Quintana e demais Srs. Deputados.

(Conforme Requerimento nº 4.396/2014, aprovado nesta Sessão, ocorreu a votação em bloco dos Itens 1 a 6.)

**ITEM 1** - Redação Final do Projeto de Lei nº 273/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 7.132, de 4.5.1979, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 2** - Redação Final do Projeto de Lei nº 274/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 7.310, de 26.5.1980, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 3** - Redação Final do Projeto de Lei nº 275/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 11.447, de 20.6.1996, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 4** - Redação Final do Projeto de Lei nº 277/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.641, de 14.12.1993, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 5** - Redação Final do Projeto de Lei nº 278/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.609, de 13.12.1993, de concessão de título de utilidade pública.

**ITEM 6** - Redação Final do Projeto de Lei nº 279/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 10.580, de 13.12.1993, de concessão de título de utilidade pública.

Estão em votação. Srs. Deputados favoráveis, "sim"; contrários, "não". Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim": Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabricia, Dr. Batista, Elio Rusch, Enio Verri, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Pastor Edison Praczyk, Pedro Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Rusea Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Terno Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (36 Deputados). Não votaram: Adelino Ribeiro, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kiesel, Duílio Genari, Elton Welter, Evandro Junior, Hermas Brandão Jr., Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Pastor Edison Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rusea Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Terno Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (18 Deputados)].** Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário estão **aprovados** os Projetos de Lei nºs 273, 274, 275, 277, 278 e 279/2014 em redação final.

**ITEM 7** - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 225/2014, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que declara de utilidade pública a Geração Integrar - Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, com sede e foro no Município de Londrina. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2ª discussão. Em discussão. Em votação o substitutivo. Encerrada a votação. **[Votaram "sim": Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kiesel, Douglas Fabricia, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Pastor Edison Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rusea Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Terno Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (42 Deputados). Não votaram: Adelino Ribeiro, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Elton Welter, Evandro Junior, Hermas Brandão Jr., Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (12 Deputados)].** Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 225/2014.

Sempre lembrando aos Srs. Deputados que teremos uma Sessão Ordinária antecipada do dia de amanhã.

**ITEM 8** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 486/2013, de autoria do Deputado Stephanes Junior, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida, com sede e foro no Município de Rio Negro. Parecer favorável da CCJ. Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim": Ademar Traiano, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cleiton Kiesel, Douglas Fabricia, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edison Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rusea Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Terno Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (42 Deputados). Não votaram: Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Elton Welter, Hermas Brandão Jr., Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (12 Deputados)].** Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 486/2013.

**ITEM 9** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 799/2013, de autoria do Deputado Professor Lemos, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri, realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio. Parecer favorável da CCJ. Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim": Ademar Traiano, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabricia, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edison Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rusea Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Terno Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (37 Deputados). Não votaram: Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Artagão Junior, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kiesel, Dr. Batista, Elton Welter, Gilson de Souza, Hermas Brandão Jr., Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Tadeu Veneri, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (17 Deputados)].** Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 799/2013.

**ITEM 10** - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 200/2014, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o evento Missa por um Natal Solidário, realizada anualmente no Município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Encerrada a votação. **[Votaram "sim": Ademar Traiano, Alexandre Curi, Andre Bueno, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Douglas Fabricia, Dr. Batista, Duílio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas,**





Fernando Scanavacca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rascu Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Terno Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (41 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Elton Welter, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Nelson Garcia, Neren Moura, Ney Leprevost, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (13 Deputados)). Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 200/2014.

**ITEM 11 - 1ª** Discussão do Projeto de Lei nº 313/2014, de autoria dos Deputados Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Andre Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, que altera a Lei nº 11.165, de 4.9.1995, de concessão de título de utilidade pública. Parecer favorável da CCJ. Votando. Encerrada a votação. **[Votaram "sim":** Ademir Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Dúlio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Evandro Junior, Felipe Lucas, Fernando Scanavacca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paranhos, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Rascu Rodrigues, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Terno Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (36 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Andre Bueno, Aragão Junior, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabricio, Elton Welter, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Marla Tureck, Nelson Garcia, Neren Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (18 Deputados)]. Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 313/2014.

**ITEM 12 - 1ª** Discussão do Projeto de Resolução nº 12/2014, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de abril de 2014. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Votando. Sempre lembrando que a Sessão antecipada conta como presença. Encerrada a votação. **[Votaram "sim":** Ademir Traiano, Andre Bueno, Anibelli Neto, Bernardo Ribas Carli, Dr. Batista, Dúlio Genari, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavacca, Francisco Bühner, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Péricles de Mello, Plauto Miró, Roberto Aciolli, Rose "Litro", Stephanes Junior, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Terno Kato e Waldyr Pugliesi (31 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Aragão Junior, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Cleiton Kielse, Douglas Fabricio, Elton Welter, Evandro Junior, Felipe Lucas, Hermas Brandão Jr., Jonas Guimarães, Marla Tureck, Nelson Garcia, Neren Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Paranhos, Professor Lemos, Rascu Rodrigues, Toninho Wandscheer e Valdir Rossoni (23 Deputados)]. Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Resolução nº 12/2014.

**DEPUTADO STEPHANES JUNIOR (PMDB):** "Questão de ordem".

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** "Questão de ordem" do Deputado Stephanes Junior.

**DEPUTADO STEPHANES JUNIOR (PMDB):** É possível um Parlamentar pedir licença sem vencimentos e manter o gabinete na Casa, a não ser que seja para tratamento de saúde? Minha dúvida é essa.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Veja, Deputado, surgiu essa indagação, esse questionamento. Fiz a leitura do Regimento, vou consultar a Procuradoria e o posicionamento da Procuradoria vai me nortear para tomar a decisão.

**DEPUTADO STEPHANES JUNIOR (PMDB):** Está certo.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Se a Procuradoria disser que ao se licenciar o gabinete deve ser também exonerado, será exonerado. Eu seguirei a lei. Agradeço a V. Exa. pela compreensão.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

#### REQUERIMENTOS

**Requerimento nº 4.293/2014**, do Deputado Paranhos, com discussão adiada de Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Copel, para a realização de uma nova avaliação referente ao número de propriedades atingidas quando da abertura das comportas da Usina Hidrelétrica José Richa (Salto Caxias). **Aprovado o requerimento e encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**

**Requerimento nº 4.394/2014**, do Deputado Enio Verri, solicitando envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Saúde, para que forneça informações a respeito do atraso no repasse de recursos ao Instituto São José, de Laranjeiras do Sul.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Sr. Presidente, encaminho contrariamente a esse requerimento, até pelas informações que acabei de dar aqui em relação ao Instituto São José. Acho que está devidamente esclarecido. Então, não há razão para aprovarmos o requerimento.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Para encaminhamento. Deputado Enio Verri.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, gostaria, e é um direito que me cabe como Parlamentar, que esta nobre Casa me desse o direito de receber por escrito essa resposta do Governo. Embora com todo respeito ao nobre Líder Traiano, que fala pelo Governo, eu entendo que já que a resposta que ele nos deu representa, de fato, o que foi dito, o que o Governo pensa, que me passe essa resposta. Portanto, seria uma coisa tão simples! Já que se tem a resposta dada, que a Secretaria Estadual da Saúde nos repasse essa resposta por escrito. Por isso eu peço, por favor, peço até um acordo para o Líder, já que ele diz que já está respondido, que passe por escrito isso e fique acatado para colocarmos em votação.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Se V. Exa. retirar o requerimento eu me comprometo a trazer a informação, sem nenhum problema.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Eu retiro.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB):** Até porque não temos nada a esconder, o assunto está devidamente esclarecido.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sei que não é permitido o debate, mas só mais uma vez, se está esclarecido, se não tem problema, por que o requerimento não pode ser aprovado e nos seja entregue? Isso é uma questão de marca?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Vejam, Srs. Deputados, V. Exas. entrem em um entendimento, Não vou deixar aqui... Regimentalmente não é permitido.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** "Questão de ordem". Vou fazer uma pergunta ao Regimento, que tenho dúvidas. Vamos entrar num acordo para que eu receba essa resposta na segunda-feira; caso não receba a resposta na segunda-feira, podemos suspender, então, e colocar em votação?

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Eu retiro e V. Exa. protocola novamente.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Está bem. Ficando um acordo com o Líder do governo que nos apresentará a resposta na segunda-feira.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Então, está **retirado** o requerimento pelo autor.

**Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências:** **Requerimento nº 4.398/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de expediente à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania solicitando, por meio da Direção da Penitenciária Estadual de Cascavel, a imediata divulgação de relatório de danos e vítimas da rebelião ocorrida na Unidade Prisional; **Requerimento nº 4.385/2014**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, no período de 19.8.2014 a 7.10.2014; **Requerimento nº 4.344/2014**, do Deputado Anibelli Neto, para o envio de votos de congratulações e aplausos ao Município de Angulo, pela comemoração de 24 anos de emancipação política e administrativa, em 3.9.2014; **Requerimento nº 4.348/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de votos de louvor e congratulações ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Paraná, Creci/PR, pela comemoração do Dia do Corretor, em 27 de agosto; **Requerimentos nº 4.349 a 4.356/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de votos de congratulações e regozijo pela comemoração de aniversário dos Municípios de: Jaguariá, em 15 de setembro; Mamborê, em 10 de setembro; Mercedes, em 13 de setembro; Pérola, em 14 de setembro; Ponta Grossa, em 15 de setembro; Quatro Pontes, em 13 de setembro; Santa Mônica, em 10 de setembro; e São Manoel do Paraná, em 13 de setembro; **Requerimentos nºs 4.357 e 4.358/2014**, do Deputado Paranhos, para o envio de votos de congratulações: ao Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná, Sindivet/PR, em comemoração ao Dia do Médico Veterinário, 9 de setembro; e ao Sindicato dos Administradores do Estado do Paraná, Sinacp, em comemoração ao Dia do Administrador, 9 de setembro; **Requerimento nº 4.345/2014**, do Deputado Anibelli Neto, para o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Nelson Yoshitaka Nishimura, ocorrido no dia 26.8.2014, no Município de Maringá; **Requerimento nº 4.346/2014**, do Deputado Tercílio Turini, para o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Dalton Fonseca Paranguá, ocorrido no dia 26.8.2014; **Requerimento nº 4.399/2014**, do Deputado Francisco Bühner, para o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sra. Maria Ecy de Oliveira, ocorrido no dia 31.7.2014; **Requerimentos nºs 4.359 a 4.384/2014**, do Deputado Plauto Miró, para o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Antonio Alves da Silva; da Sra. Rosicleia Franco de Lima; da Sra. Elza Bueno Rodrigues Carvalho; da Sra. Ione Sabar Driedrichs; da Sra. Jeanine Busato Miar; da Sra. Leoni Schimanski; da Sra. Miriam Soares Ciolek; da Sra. Maria Clarice de Lima; da Sra. Ines das Graças Antunes; da Sra. Florença Maria de Jesus; da Sra. Genita Maria dos Santos; do jovem Ederson Alves dos Santos; do Padre Isaias Becher; do Sr. Andrey Filipowski; do Sr. João Pedro Paes de Almeida; do Sr. Luciano Batista; do Sr. Luiz Carlos Antunes de Almeida; do Sr. Carlos Alberto Stachekski; do Sr. Altamir Veçossi Costa; do Sr. Mariano dos Santos; do Sr. Alcenor de Oliveira; do Sr. Acir Nunes Guimarães; do Sr. Ari Paes de Camargo; do Sr. Antonio Maurílio Maciel de Proença; do Sr. João Alberto Castilho; e do Sr. Antonio Albari Coimbra.

#### **Requerimentos com despacho do Presidente:**

##### **Justificativas de ausência:**

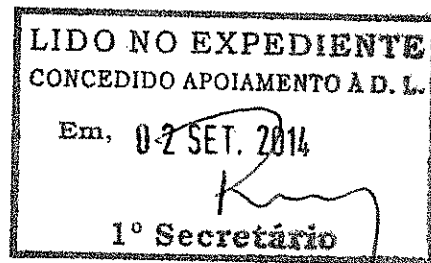
**Deferidos conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno** (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 4.386/2014**, do Deputado Andre Bueno, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 6.8.2014; **Requerimento nº 4.387/2014**, do Deputado Bernardo Ribas Carli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014; **Requerimento nº 4.388/2014**, da Deputada Marla Tureck, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014; **Requerimento nº 4.389/2014**, do Deputado Caio Quintana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 13.8.2014; **Requerimento nº 4.390/2014**, do Deputado Paranhos, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25.8.2014; **Requerimento nº 4.391/2014**, do Deputado Nelson Garcia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26.8.2014; **Requerimento nº 4.392/2014**, do Deputado Adelino Ribeiro, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014; **Requerimento nº 4.393/2014**, do Deputado Dr. Batista, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 25.8.2014; **Requerimento nº 4.395/2014**, do Deputado Ademar Traiano, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 4.8.2014; **Requerimento nº 4.397/2014**, do Deputado Fernando Scanavacca, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18.8.2014. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a Sessão, marcando outra Sessão Ordinária (antecipada do dia 27.8.2014) na sequência, conforme requerimento aprovado protocolado sob o nº 4.318/2014, com a seguinte Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 280/2014, 281/2014, 282/2014, 283/2014, 284/2014, 285/2014, 286/2014, 287/2014, 288/2014 e 289/2014; 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 313/2014 e do Projeto de Resolução nº 12/2014; e 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 304/2014 e 305/2014. **"LEVANTA-SE A SESSÃO"**. (Sessão encerrada às 16h11, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

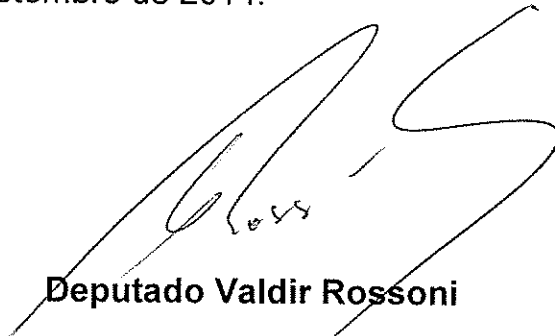


**DESPACHO**



Em conformidade com o § 8º do art. 4 do Regimento Interno, comunico que o Deputado Ney Leprevost está assumindo suas atividades em cumprimento ao seu mandato Parlamentar determino o arquivamento da Questão de Ordem.

Curitiba, 2 de setembro de 2014.

  
**Deputado Valdir Rossoni**  
**Presidente**

DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ 02-SET-2014 15:19 004515 1/1

Anote-se e archive-se

DL, 2 / 9 / 14

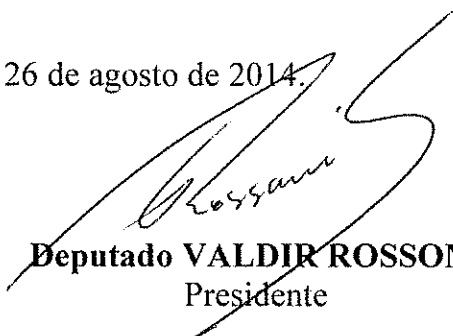


### **Informação**

Em razão da Questão de Ordem suscitada pelo Deputado Stephanes Junior, na Sessão Ordinária do dia 26 de agosto de 2014, acerca da possibilidade de contar com assessoria parlamentar na vigência de licença para tratar de assuntos particulares, determino o encaminhamento à Procuradoria-Geral da Casa para emissão de parecer a respeito.

Outrossim, remetam-se cópias à Diretoria Geral, Diretoria Financeira e Diretoria de Pessoal.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2014.

  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente





PROCURADORIA GERAL / ALEP  
Protocolo nº 4385-DAP  
Encaminhe-se À APUREÇÃO DO  
DR. GUILHERME LENIN  
Em 27/08/14

Pedro de Noronha da Costa Bispo  
Procurador do Estado

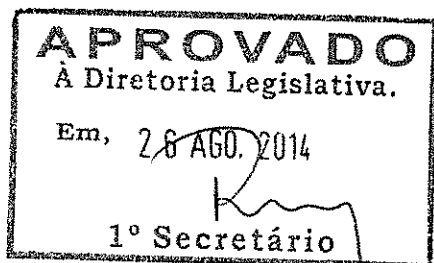
MM



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**REQUERIMENTO**



Licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer **Licença, sem vencimentos**, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2014.

  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

26-AGO-2014 14:59 004325 1/1

MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Protocolo 4385-DAP  
Interessado: Deputado Estadual Stephanes Junior  
Assunto: Questão de Ordem

PARECER N.º 146/2014

Sr. Procurador-Geral,

I – Da Consulta

Trata-se de solicitação formulada pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa, através do qual, reportando-se à Questão de Ordem feita pelo Excelentíssimo Deputado Estadual Stephanes Junior, solicita a emissão de parecer desta Procuradoria Geral a respeito "**da possibilidade de contar com assessoria parlamentar na vigência de licença para tratar de assuntos particulares**".

II – DO PARECER

Prefacialmente, na forma prevista pelo artigo 104 do Regimento Interno da ALEP, vale registrar que "*todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem*".

E no que diz respeito à dúvida suscitada pelo ilustre parlamentar autor da Questão de Ordem em apreço, de início reputo pertinente analisar a natureza jurídica do cargo em comissão, posto que os gabinetes parlamentares, quase que na sua totalidade, são compostos por servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, de expressa previsão constitucional, ex vi o disposto pelo artigo 37, inciso II, da Constituição da República<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> "Artigo 37. (...):



Assim, sendo nomeados para o exercício de cargo público em caráter temporário, sem aprovação em concurso público, estão sujeitos à exoneração *"ad nutum"*, cujas atribuições são de competência administrativa da Comissão Executiva, a qual, conforme expressa previsão legal contida no inciso II do artigo 5º, do Decreto Legislativo n.º 52/84, compete especificamente *"prover, nomear funcionários para ocupar cargos em comissão e, ainda demiti-los ou exonera-los"*.

Esclarecida a natureza jurídica do cargo em comissão, passa-se a interpretar as regras dispostas nos artigos 65 e 66, §1º e § 2º, todos do Regimento Interno:

**"Art. 65.** O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo.

**Art. 66.** Será concedida licença para tratamento de saúde ao Deputado que, por motivo de doença, se encontre impossibilitado de atender aos deveres decorrentes do exercício do mandato.

§ 1º. (...)

§ 2º. O Deputado licenciado para tratamento de saúde por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, fará jus ao respectivo subsídio, devendo ceder ao Suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes do exercício da atividade parlamentar".

Mais adiante, no capítulo que alude à convocação do Suplente, o artigo 76 do mesmo Regimento estabelece a seguinte redação:

**"Art. 76.** A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou investidura".

Desse modo, nota-se que a lei regimental do Poder Legislativo fornece referenciais que permitem enfrentar a questão proposta, na medida em que,

---

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração"; - destaque nosso



especificamente no que diz respeito aos casos de licenças dos Deputados, estabelece que:

- (i) o parlamentar licenciado para tratar de assuntos particulares, apenas não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo<sup>2</sup>, não havendo qualquer vedação no regimento interno acerca da manutenção dos cargos de assessoria parlamentar;
- (ii) nos casos de licença para tratamento de saúde superior a 120 dias, o parlamentar licenciado deverá ceder ao Suplente o respectivo gabinete, os cargos de assessoria parlamentar e as verbas decorrentes da atividade parlamentar, embora faça jus ao recebimento do subsídio,
- (iii) nos casos de licença, o suplente somente é convocado quando o afastamento do titular for superior a 120 dias.

Então, enquanto o período de licença não ultrapasse o prazo de 120 dias, é incontroverso de que não há a convocação do Suplente. E em não havendo a sua convocação, como corolário, não existe qualquer cessão de pessoal e estrutura física em seu favor.

Logo, entendo que a impossibilidade de manutenção de pessoal e estrutura física somente se aplica na hipótese do parlamentar se licenciar por mais de 120 dias, ou nos casos de sua investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária, situações em que a manutenção de pessoal e estrutura física seria exercida sem qualquer supervisão.

Ademais, é de todo pertinente esclarecer que a licença a que alude à questão de ordem em análise, ou seja, quando não superior a 120 dias, não

<sup>2</sup> "Regimento Interno da ALEP

Art. 62. Considera-se Ajuda de Custo a compensação financeira imprescindível ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembleia".



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



se constitui em hipótese de perda de mandato, persistindo, dessa maneira, os vínculos do parlamentar com a Casa Legislativa Paranaense. Com efeito, eis a redação contida no artigo 60, inciso II da Constituição do Estado do Paraná:

"Art. 60. Não perderá o mandato o Deputado:

(...)

II - licenciado pela Assembleia Legislativa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa".

Tem-se, portanto, que as prerrogativas e os deveres decorrentes do mandato eletivo se mantêm íntegros desde que o afastamento do parlamentar não ultrapasse o prazo de 120 dias.

A interpretação que resulta da leitura do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, portanto, é de que o parlamentar licenciado para tratar de assuntos particulares pelo prazo inferior de 120 dias, apenas não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo, não havendo no texto regimental dispositivo expresso sobre a manutenção ou não dos cargos de assessoria parlamentar.

Por derradeiro, de crucial importância arguir que a matéria comporta outras interpretações, cuja situação, inclusive, já foi objeto de consulta no âmbito da Câmara dos Deputados Federais, autuada sob o n.º 22, através da qual, entre outros questionamentos, determinado parlamentar indagou se "*há prejuízo, total ou parcial, na remuneração do parlamentar que se licenciar para tratar de interesse particular, a teor do que dispõe o artigo 56, inciso II, da Constituição Federal? Nesta hipótese, a remuneração dos servidores lotados no respectivo gabinete fica prejudicada?*". E, nos termos do parecer subscrito pelo Deputado Federal Sérgio Barradas Carneiro, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa Legislativa, respondeu-se que:

"3.a) o parlamentar que se licenciar para tratar de interesses particulares, até 120 dias, não perceberá sua remuneração pelo período em que estiver ausente, sujeito, portanto, à percepção proporcional de sua remuneração, bem como à exoneração sumária dos servidores lotados em seu gabinete, até o seu regresso".



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



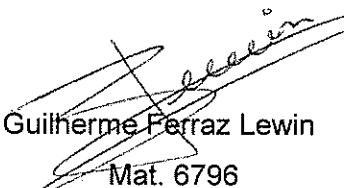
Feitas tais considerações, concluiu-se que:

a) a assessoria parlamentar é composta, quase que na sua totalidade, por servidores ocupantes de cargos comissionados, que são de livre nomeação e exoneração à cargo da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

b) o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos casos licença de até 120 dias para tratar de assuntos particulares, estabelece que o Parlamentar apenas não terá direito aos subsídios e à ajuda de custo, não havendo vedação expressa a respeito da manutenção dos cargos de assessoria parlamentar.

É o parecer.

Curitiba, 1º de setembro de 2014.

  
Guilherme Ferraz Lewin  
Mat. 6796



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PROCURADORIA



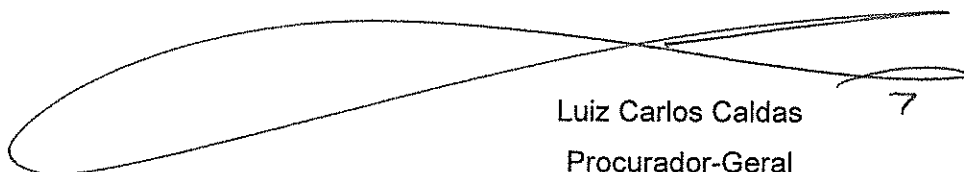
Protocolo n.º 4385-DAP.

Interessado: Deputado Estadual Stephanes Junior.

Assunto: Questão de ordem – assessoria parlamentar na vigência de licença para tratar de assuntos particulares.

- I. Aprovo o Parecer nº 146/2014;
- II. Encaminhe-se à Presidência.

Curitiba, 02 de setembro de 2014.



Luiz Carlos Caldas  
Procurador-Geral

7





Para: Diretoria Geral  
De: Diretoria Legislativa

Senhor Diretor:

Conforme comunicação do Deputado Ney Leprevost, na Sessão Ordinária de 2 de setembro de 2014, nos termos do §8º do art. 4º do Regimento Interno, o Parlamentar retornou ao exercício de suas atividades em cumprimento ao seu mandato.

A Licença para tratar de assuntos particulares do Deputado Ney Leprevost, aprovada conforme Requerimento anexo, iniciou-se em 19 de agosto e encerrou-se com a comunicação do retorno do mesmo.

Curitiba, 3 de setembro de 2014.

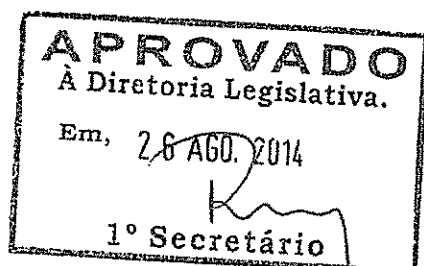
  
Lucília Felicidade Dias  
Diretora Legislativa

**CÓPIA**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	1589
EM	03/09/14
_____ FUNCIONÁRIO	



**REQUERIMENTO**



Licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer **Licença, sem vencimentos**, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2014.

  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Para: Diretoria Financeira  
De: Diretoria Legislativa

Senhora Diretora:

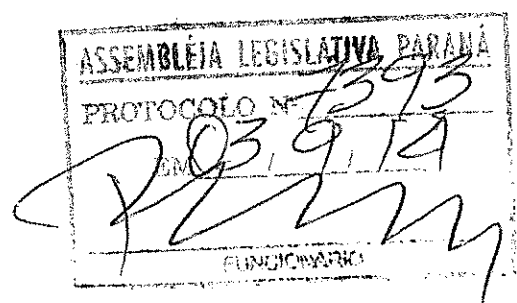
Conforme comunicação do Deputado Ney Leprevost, na Sessão Ordinária de 2 de setembro de 2014, nos termos do §8º do art. 4º do Regimento Interno, o Parlamentar retornou ao exercício de suas atividades em cumprimento ao seu mandato.

A Licença para tratar de assuntos particulares do Deputado Ney Leprevost, aprovada conforme Requerimento anexo, iniciou-se em 19 de agosto e encerrou-se com a comunicação do retorno do mesmo.

Curitiba, 3 de setembro de 2014.

  
Lucília Felicidade Dias  
Diretora Legislativa

**CÓPIA**

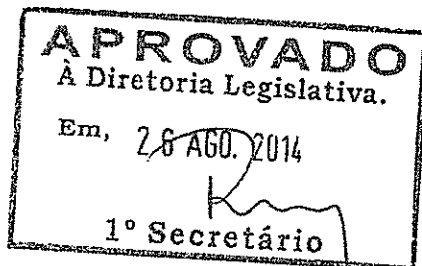




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**REQUERIMENTO**



Licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer **Licença, sem vencimentos**, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2014.

  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Para: Diretoria de Pessoal  
De: Diretoria Legislativa

Senhor Diretor:

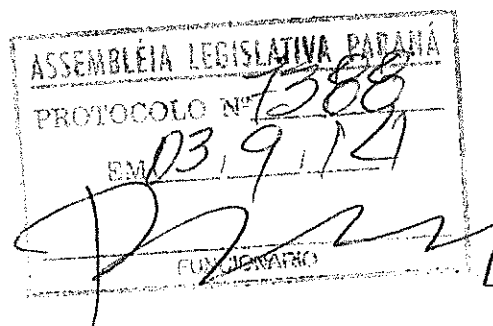
Conforme comunicação do Deputado Ney Leprevost, na Sessão Ordinária de 2 de setembro de 2014, nos termos do §8º do art. 4º do Regimento Interno, o Parlamentar retornou ao exercício de suas atividades em cumprimento ao seu mandato.

A Licença para tratar de assuntos particulares do Deputado Ney Leprevost, aprovada conforme Requerimento anexo, iniciou-se em 19 de agosto e encerrou-se com a comunicação do retorno do mesmo.

Curitiba, 3 de setembro de 2014.

Lucília Felicidade Dias  
Diretora Legislativa

**CÓPIA**

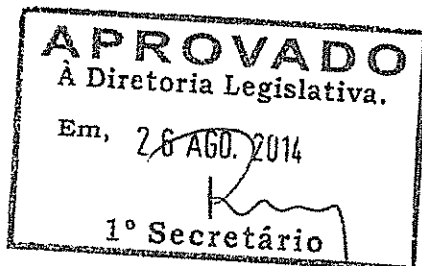




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**REQUERIMENTO**



Licença, sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Senhor Presidente,

O Deputado abaixo assinado requer **Licença, sem vencimentos**, para tratar de assuntos particulares no período de 19 de agosto a 07 de outubro de 2014.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 2014.

  
**NEY LEPREVOST**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

26-AGO-2014 14:59 004385 1/1

DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ